



CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta

Capital social: € 133 000 000,00

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Feira

Sob o número 554

Pessoa colectiva número 500 077 797

Apartado 20 - Rua de Meladas, nº 380 – 4536-902 MOZELOS VFR

CODEX

Relatório de Gestão e Contas Consolidadas

Exercício de 2002

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais.

Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais.



AMORIM

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do artigo 508.º A do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à Vossa apreciação, o Relatório Consolidado de Gestão, as Contas Consolidadas do Exercício de 2002 e os demais documentos de prestação de contas previstos na Lei relativos à sociedade CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por CORTICEIRA AMORIM).

I - EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA EM 2002

ECONOMIA MUNDIAL

Pelo segundo ano consecutivo, a Economia Mundial registou um crescimento económico reduzido, estimando-se que tenha evoluído à taxa de 2,8%. Observou-se um ligeiro avanço face ao ano transacto mas a incerteza e a volatilidade acabaram por dominar a conjuntura. Após um primeiro trimestre notoriamente forte, em reacção à significativa redução de stocks observada nos meses finais de 2001, instalou-se a incerteza relativamente à força da recuperação económica. Seguiram-se trimestres de menor crescimento e maior volatilidade, contextualizados pela degradação da confiança de consumidores e empresários/investidores.

Os mercados financeiros, e os accionistas em particular, voltaram a registar perdas, pelo terceiro ano consecutivo. O acréscimo de aversão ao risco foi uma realidade, com activos refúgio a serem fortemente beneficiados. O dólar norte-americano encetou tendência de desvalorização. O acesso aos mercados de crédito internacional por parte das Economias Emergentes degradou-se.

O petróleo seguiu tendência altista, tendo valorizado cerca de 45% entre o início e o fim de 2002.

A política monetária implementada pela generalidade das autoridades centrais procurou garantir condições favoráveis ao relançamento económico, com a FED e o BCE a manterem taxas estáveis até final do ano, altura em que procederam, ambos, a cortes de 0,5%. A política fiscal seguida pelas grandes economias visou também impulsionar a economia, mas não teve os resultados esperados.

O Japão, manteve-se em recessão económica pelo segundo ano consecutivo (decrécimo de 0,5%), e pela terceira vez desde 1998.

O contexto deflacionista manteve-se inalterado, tal como a queda dos referenciais de confiança, do consumo e do investimento. A Procura Externa mostrou-se, novamente, o único motor de desenvolvimento. O Desemprego seguiu tendência altista, de novo atingindo máximos desde a segunda guerra mundial (5,5%).

ZONA EURO

A Zona Euro observou um abrandamento económico particularmente significativo ao longo de 2002. A economia terá crescido somente 0,8%. A Alemanha, em concreto, quase registou estagnação económica

(o crescimento estimado de 0,2% terá sido o mais baixo desde a recessão de 1993) e um descontrolo vincado nas Contas Públicas. O *output gap* da Zona Euro aumentou de forma considerável, o que permitirá, espera-se, antecipar uma recuperação futura isenta de pressões inflacionistas. Em termos agregados, o Desemprego aumentou de forma continuada ao longo do ano. A comparação homóloga evidencia um crescimento do número de desempregados na ordem dos 0,4%. Em termos médios terá registado uma taxa de 8,2%.

A política monetária primou pela estabilidade, tendo o BCE cortado taxas uma única vez, em Dezembro, colocando a *Refi Rate* em 2,75%. No entanto, a valorização do Euro a partir de Março de 2002, traduziu-se em condições monetárias menos expansionistas.

A inflação manteve-se, genericamente, acima da meta traçada pelo BCE. O valor estimado para 2002 é 2,2%. Pelo terceiro ano consecutivo, o BCE não conseguiu garantir que a meta traçada para o cumprimento do seu objectivo – a estabilidade de preços – fosse assegurada. O Consumo deverá ter aumentado 0,5%. Na base deste comportamento encontra-se um factor essencial – a quebra da confiança dos consumidores. O Investimento registou uma contracção estimada de 4,0%, o que veio agravar a forte redução observada em 2001. O excesso de capacidade instalada, a necessidade de controlar a estrutura de custos e diminuir o endividamento, e a conjuntura de incerteza acrescida, foram bem patentes na evolução desta rubrica ao longo de 2002. As Exportações Líquidas voltaram a ser, pelo segundo ano consecutivo, embora de forma incipiente, o motor do crescimento económico da Zona Euro.

As três maiores economias da UEM registaram derrapagens fiscais, o que se traduziu em quebra global da consolidação e mesmo de cumprimento das metas do Plano de Estabilidade e Crescimento. Os organismos internacionais apontam para défices na casa dos 2,2% do PIB, em 2002. A partir de Fevereiro, a Moeda Única Europeia valorizou continuamente atingindo, no final do ano, valores próximos dos observados em final de 1999. Reverteu a tendência de desvalorização que seguia desde a sua criação em 1999 e consolidou ganhos *versus* um conjunto alargado de divisas. A Balança Corrente da Zona Euro voltou a registar um excedente em 2002, reforçando a tendência vigente desde 2000.

ESTADOS UNIDOS

Estima-se que a economia dos Estados Unidos tenha crescido 2,4% em 2002 embora com oscilações particularmente significativas entre trimestres. O ano pautou-se por duas fases distintas – num primeiro momento, que se prolongou até Maio, a economia seguiu um padrão de recuperação mais consentâneo com a evolução tradicional dos ciclos económicos, com reposição de stocks, melhorias de *performance* das empresas e expectativas de crescimento económico. Com o final do primeiro semestre, a divulgação de escândalos a nível de *Corporate Governance* de algumas empresas norte-americanas, num primeiro momento, e a constatação de menor crescimento mundial, a queda contínua dos mercados bolsistas, o posicionamento dos EUA em termos da luta contra o terrorismo e a perspectiva de intervenção militar no Iraque, em momento posterior, contribuíram para a degradação da confiança dos agentes e para o abrandamento do ritmo de actividade económica.

O Índice de Preços no Consumo mostrou-se praticamente inalterado ao longo do ano e a níveis baixos (1,5%). A taxa de Desemprego atingiu 6,0% em Dezembro de 2002, o que compara com os 5,7% registados no final do ano anterior. A Procura Interna garantiu suporte à economia, crescendo 2,8%. Os Gastos Públicos mostraram-se a componente mais dinâmica com uma variação de 4,3%. O Consumo Privado manteve um ritmo de crescimento positivo, suportando a economia. Contudo, também não deixou de ser evidente que o ritmo de variação deste agregado foi o mais baixo dos últimos 10 anos.

O Investimento Privado permaneceu incipiente durante o exercício. O Défice da Conta Corrente, o principal desequilíbrio da Economia dos EUA, aumentou continuamente ao longo do ano, tendo terminado 2002 a representar 5% do PIB. A Reserva Federal manteve as taxas estáveis durante a maior parte de 2002, tendo procedido a corte de 0,50% em Novembro. A *Fed Funds* terminou o ano a 1,25% determinando que as taxas de juro atingissem assim mínimos de há 41 anos.

Os Mercados Accionistas mantiveram a tendência de queda que já seguem desde 2000, registando o Dow Jones uma variação negativa de 17% e o Nasdaq uma variação também negativa de 32%.

As Contas Públicas degradaram-se de forma notória. O esforço de aumento dos gastos públicos para impulsionar a economia, conduziu a um défice orçamental para o exercício de 2002/2003 estimado em - 3,2%.

PORTUGAL

A economia portuguesa registou em 2002 um forte abrandamento, culminando numa contracção económica no terceiro trimestre do ano. O quarto trimestre não observou recuperação significativa a atentar nos indicadores de conjuntura, pelo que é lícito assumir que a economia tenha registado nova contracção. Portugal terá terminado 2002 em recessão técnica.

Em termos anuais, o crescimento do PIB deverá ter registado uma variação muito próxima de zero. A confiança dos agentes económicos, e em especial dos Consumidores, atingiu mínimos de vários anos. O Consumo Privado e Público, representando em conjunto 83% do PIB, diminuíram significativamente em 2002. A Procura Interna contraiu-se fortemente, em especial no segundo semestre do ano. Em face do abrandamento económico dos países europeus, principais parceiros comerciais de Portugal, a Procura Externa foi, também ela, incapaz de alterar o panorama. Se bem que positiva, foi subalternizada em termos de contributo para o crescimento da actividade económica, assistindo-se portanto a uma alteração no padrão de crescimento. O Investimento mais não fez do que reflectir todo este enquadramento, tendo decrescido, estima-se, 4,0%.

À semelhança de 2001, a inflação voltou a registar valores elevados, contrariando as previsões de descida. A taxa de variação média anual para o exercício de 2002 terá registado 3,6%, uma diminuição de 0,8% face a 2001. O Desemprego seguiu em 2002 uma tendência ascendente, especialmente evidente nos últimos 5 meses, terminando o ano num máximo de 5,8% (em Dezembro de 2001 registava 4,2%), sendo que se destacou o aumento do número de desempregados com elevadas qualificações.

A gestão das Contas Públicas passou por rigorosa contenção a nível de Gastos do Estado, nomeadamente a nível do Investimento. A execução orçamental pautou-se pelo aumento de receitas em virtude de medidas extraordinárias, superando o estimado em orçamento. O congelamento da despesa em aquisição de bens e serviços, definida no final do ano, das transferências para as Administrações Públicas, e sobretudo do Investimento Público, garantiram um controlo apurado das despesas e um desvio nulo face ao orçamentado.

O Investimento Privado registou contracção, dando seguimento à tendência já verificada em 2001. O endividamento das famílias manteve-se a níveis elevados. O défice acumulado das Balanças Corrente e de Capital até Outubro registou uma diminuição face a 2001. O crédito bancário interno manteve, em 2002, a tendência de desaceleração no ritmo de crescimento que já vinha observando em 2001.

II - ACTIVIDADES OPERACIONAIS

As empresas que integram o perímetro da CORTICEIRA AMORIM, encontram-se estruturadas por Unidades de Negócios, com referências às quais se dá conta dos aspectos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2002.

MATÉRIAS-PRIMAS

No final de 2002, por cisão da Unidade de Negócios dos Naturais, foram criadas duas áreas estratégicas de negócio: Rolhas e Matérias-Primas, esta última com a missão de gerir todas as compras e preparação da matéria-prima cortiça dentro da CORTICEIRA AMORIM.

A concentração nesta nova Unidade de toda a compra e preparação da matéria-prima, terá um impacto positivo ao nível de toda a Organização, com ganhos evidentes ao nível de:

- ◆ aproveitamento de sinergias entre as diversas Unidades de Negócios;
- ◆ gestão global e integrada de todos os tipos de matérias-primas cortiça;
- ◆ melhor distribuição dos recursos e alocação de responsabilidades;
- ◆ maior clareza na determinação/monitorização da rentabilidade de cada actividade;

permitindo o acompanhamento sistemático da evolução dos mercados de cortiça e garantindo o eficiente aprovisionamento das quantidades de cortiça necessárias à actividade de todas as empresas da CORTICEIRA AMORIM.

ROLHAS

Depois de um ano de 2001 fortemente influenciado pela instabilidade interna no sector da cortiça e por factores exógenos que influenciaram o último trimestre desse ano, a Unidade de Negócios Rolhas preparou o ano de 2002 de forma a ultrapassar essas contrariedades:

- ◆ consolidação/fusão de sete empresas, com a consequente redução de custos indirectos, bem como definição de uma nova estrutura comercial única, capaz de melhor servir e satisfazer as necessidades crescentes de serviço dos clientes;
- ◆ segmentação de mercados e consequentemente de produtos de forma a melhor responder aos desafios de mercado, bem como a optimização de margens;
- ◆ incremento do esforço de investigação e desenvolvimento;
- ◆ reforço de actividades de promoção em mercados-alvo;
- ◆ preparação do lançamento de novos produtos.

A conjuntura económica afectou o mercado de consumo do vinho, tendo por isso afectado a actividade da indústria vitivinícola. Assim, o consumo de vinho praticamente estagnou a nível mundial e sobretudo na Europa, agravando e aumentando os excedentes de vinho a nível internacional (anualmente a produção supera o consumo em mais de 30%).

Devido à forte concorrência, a pressão sobre os preços de vinho intensificou-se, com consequências no tipo de rolhas a utilizar. Logo, a necessidade de segmentação tornou-se premente.

Neste contexto, a Unidade de Negócios Rolhas apresentou, no exercício de 2002, um decréscimo de 2,5% no seu volume de negócios devido à menor comercialização de matérias-primas e mercadorias, uma vez que o negócio das rolhas se manteve, quer em valor quer em quantidade, ao mesmo nível do ano anterior.

Em função da evolução já referida do mercado e da consequente segmentação de produtos, realça-se o importante desempenho das rolhas Twin Top®, cujas vendas superaram em 2002 os 700 milhões de unidades.

A consolidação deste tipo de rolhas verificou-se nos principais mercados mundiais, tendo-se também alargado a sua utilização a novos mercados, com especial destaque para o reconhecimento internacional da qualidade e *performance* deste produto num estudo divulgado pela Wine & Spirits Association. Foram ainda registados em 2002 ganhos de quota em vários mercados desta rolha face a vedantes sintéticos, nomeadamente na Austrália, África do Sul e EUA. As vendas de rolhas naturais e colmatadas, apesar de apresentarem uma evolução em baixa quantitativa, mantiveram-se em valores estáveis face a 2001. Os

principais impactos negativos verificaram-se na Alemanha e sobretudo na Argentina, fruto da conjuntura económica verificada no primeiro país e da perturbação social, económica e financeira verificada no segundo.

As vendas de rolhas para champanhe/espumante tiveram uma evolução positiva. Apesar do mercado dos espumantes continuar a exhibir uma redução de actividade, esta foi mais do que compensada com o crescimento verificado na região emblemática deste produto, a Região do *Champagne* em França.

As rolhas com cápsula revelaram também um crescimento da sua actividade em mercados de maior valor como o da Escócia (whisky) e o da França (cognac).

Numa breve análise dos vários mercados, destaca-se o contínuo crescimento das vendas em França, Austrália e Espanha. Negativamente há a registar a *performance* registada na Alemanha e na Argentina. De referir também que o desenvolvimento da rede comercial própria no exterior permitiu que as vendas através deste canal representassem já 62% do volume de negócios total desta Unidade. A progressão das *sales* (estruturas comerciais no exterior) bem como a maior verticalização integrada superaram a redução de vendas directas a outros distribuidores e agentes.

A margem bruta desta Unidade de Negócios teve um crescimento significativo em função de vários factores, dos quais se destacam um melhor mix de produtos, uma opção por mercados de melhor margem de contribuição e o aumento da verticalização a nível da distribuição, com maior focalização no mercado e na satisfação do cliente.


Os custos operacionais tiveram um comportamento em baixa, em resultado das acções de redução de custos decorrentes do processo de fusão, o que contribuiu para melhorar de forma significativa o resultado operacional desta Unidade de Negócios face a 2001.

A nível financeiro há a salientar o efeito positivo da redução observada no capital investido e do menor volume de investimento face a anos anteriores.

O ano de 2002 foi também marcado pela reestruturação organizativa que levou à cisão desta Unidade de Negócios em duas áreas estratégicas distintas: Matérias-Primas (compra e preparação de matérias-primas) e Rolhas (produção e distribuição de rolhas), que permitirá uma melhor distribuição de recursos e uma melhor monitorização do impacto das diferentes actividades na rentabilidade do negócio.

O ano de 2002 foi também um ano decisivo graças aos resultados obtidos pelo Departamento de Investigação e Desenvolvimento no combate ao TCA. Com efeito, esta equipa desenvolveu, testou e apresentou já em versão industrial uma tecnologia inovadora para combater o TCA. O sistema ROSA foi validado, interna e internacionalmente, tendo obtido resultados extremamente positivos. O sistema encontrava-se instalado já no final de 2002 em duas unidades industriais. Estes resultados comprovam o esforço e o investimento realizado na área de investigação e desenvolvimento e validam de forma inequívoca a aposta feita há três anos nesta área, deles se perspectivando um importante impacto na evolução técnica futura das rolhas no mercado mundial.

REVESTIMENTOS

 Os países da zona Euro tiveram, durante o ano de 2002, um crescimento abaixo do ano de 2001. Esta evolução desfavorável conduziu a um clima de insegurança e de incerteza que se tem materializado no anúncio de diversos cortes orçamentais e de empregos, com os inerentes impactos no consumo público e privado e no investimento.

Face a estas condicionantes, todo o sector de revestimentos de solos foi directamente afectado nos seus diversos segmentos, pelo adiamento ou mesmo cancelamento de novas construções ou renovações,

estimando-se que o consumo europeu de revestimentos de solos não tenha crescido em 2002 e que, no caso da Alemanha, principal destino dos produtos desta Unidade de Negócios, tenha mesmo diminuído.

A Unidade de Negócios dos Revestimentos apresentou, no exercício de 2002, um crescimento das vendas comparáveis de cerca de 7% face a 2001.

Fruto dos investimentos efectuados e já mencionados no relatório de 2001, esta Unidade de Negócios conseguiu ter capacidade de resposta e maior eficiência produtiva nos pisos em sistema flutuante para áreas residenciais, os quais registaram um forte crescimento nas vendas face a 2001. Este crescimento foi baseado, não só no alargamento de vendas na Alemanha (principal destino), mas também pela abertura a outros mercados que foi proporcionada pelo novo sistema de encaixe.

As vendas dos produtos mais orientados para aplicações comerciais tiveram uma quebra. A evolução de 2002, constatada praticamente em todos os mercados relevantes e na sequência de igual tendência verificada em 2001, veio confirmar a perda de competitividade destes produtos na relação preço/qualidade face às alternativas existentes, embora os ajustamentos efectuados ao nível do preço de venda efectuados no segundo semestre tenham minorado esta descida.

A margem bruta (produção/materiais) manteve-se estável, para isso contribuindo a descida do custo dos materiais de cortiça e o equilíbrio conseguido nos restantes materiais, já que os preços de venda tiveram uma ligeira deterioração.

A margem gerada pela comercialização de outros produtos nas empresas de distribuição manteve-se ao nível de 2001.

Os custos operacionais tiveram um aumento face aos registados em 2001 devido essencialmente ao acréscimo das amortizações (investimento em nova linha), provisões (para riscos de cobrança, nomeadamente na Alemanha) e custos variáveis (transportes por mais vendas). Em Dezembro de 2002, esta Unidade de Negócios contava com menos 6% de colaboradores do que em momento homólogo de 2001.

Pela conjugação de todos os factores acima apresentados e dado o forte impacto que a evolução das vendas tem na rentabilidade da Unidade de Negócios, o *cash flow* operacional de 2002 ficou bastante acima do atingido no ano 2001.

Manteve-se, em 2002, o esforço de melhoria da *performance* dos nossos produtos fundamentalmente ao nível das características acústicas e de acabamento de superfície.

Foi desenvolvido e concluído em 2002 o projecto “Novas Cores” que trouxe novos ambientes aos visuais de cortiça. Este projecto envolveu competências multidisciplinares ao nível de novos *designs*, sistemas de coloração e abordagem ao mercado.

AGLOMERADOS TÉCNICOS

A Unidade de Negócios Aglomerados Técnicos apresentou, no exercício de 2002, um decréscimo das vendas de 4,7%. O volume global de vendas revelou-se consentâneo com o esperado, apesar de alguns desvios, sem efeito líquido, sentidos em segmentos e mercados localizados. Os maiores desvios positivos e negativos não estão dissociados, na sua generalidade, da conjuntura económica mundial, com particular ênfase nas zonas do globo que mais fortemente sofreram, ao longo de 2002, o impacto da recessão económica.

O movimento descendente dos preços da matéria-prima, sentido ao longo do ano, fez-se reflectir nos preços de venda da generalidade dos produtos, não tendo havido porém erosão da margem bruta, que se consolidou em resultado das políticas de aprovisionamento e de consumo implementadas.

No plano da estrutura comercial, merece destaque a reorganização profunda da área de Vendas e Marketing, que em definitivo confirma a aposta numa visão do negócio por aplicação mais do que por produto. Em simultâneo, assistiu-se ao reforço da ligação entre as diferentes estruturas de vendas e produção desta Unidade de Negócios, contribuindo para o fortalecimento da mesma facultado pela partilha de ideias, contactos e experiências numa rede geográfica alargada.

Numa óptica de segmento, da actividade operacional da Unidade de Negócios realça-se:

Construção:

- ◆ volume global de vendas superior ao previsto, nas duas vertentes de produtos – aglomerados compostos e granulados;
- ◆ contributo positivo da procura da cadeia de valor acrescentado da CORTICEIRA AMORIM, quer em aglomerados compostos, quer em revestimentos;
- ◆ penetração no mercado europeu, através das estruturas comerciais da Unidade de Revestimentos, ainda aquém do esperado;

Indústria:

- ◆ volume de vendas negativamente afectado pela actividade de alguns sub-segmentos específicos, bem como pela deflação dos granulados, efeito mais evidente na Unidade de Espanha;
- ◆ compensação do volume de vendas em virtude da significativa actividade de comercialização de matérias-primas;

Calçado:

- ◆ actividade registada em níveis correspondentes às perspectivas;
- ◆ continuação do processo de verticalização do negócio, através da comercialização e industrialização de produtos novos, em parceria com a Unidade de França;

Gifts:

- ◆ desvio negativo das vendas na ordem dos 20% reflectem as dificuldades de penetração em mercados onde foi fortemente sentida a retracção mundial do consumo;

Memoboards:

- ◆ boa *performance* dos aglomerados compostos (produtos intermédios);
- ◆ dificuldades sentidas nos produtos acabados, pelas mesmas razões invocadas para o segmento *Gifts*, apesar de se ter registado uma evolução positiva face ao desempenho de 2001.

Esta actividade foi suportada, em termos promocionais, por uma presença assídua e significativa nos mais importantes certames internacionais em cada um dos segmentos e por uma política de publicidade selectiva em imprensa especializada. Merece relevo, igualmente, o papel das tecnologias Web, neste domínio, e no caso particular do segmento Calçado, com o lançamento do *footcork.com*, sítio vocacionado para a divulgação das soluções de que a Unidade de Negócios dispõe nesta área de aplicação.

No capítulo dos investimentos, a política de modernização prosseguiu em bom ritmo, tendo em vista a flexibilização (granulados) e aumento de capacidade (aglomerados) das instalações produtivas, sem esquecer as necessárias adaptações ambientais e as preocupações com a segurança, higiene, saúde e incremento da qualidade.

Adicionalmente, e no que concerne à área estratégica da Qualidade, a Unidade de Mozelos viu, neste ano, reconhecido o seu esforço de transição para responder às exigências das mais recentes normas internacionais. Com efeito, no mês de Maio, a empresa Corticeira Amorim - Indústria, S.A. garantiu a certificação do seu sistema de Qualidade pela APCER, segundo os requisitos da norma ISO 9001:2000 e viu, ao longo do ano, a sua implementação consolidada no seio da Organização com as práticas de monitorização dos processos, numa permanente atitude crítica e de melhoria contínua.

Em Dezembro, a Unidade transformadora de Espanha garantiu também o Atestado de Conformidade do seu processo de fabrico de granulados, atribuído pelo BUREAU VERITAS, dando resposta às exigências do mercado no domínio das boas práticas rolheiras e que abrangem os parceiros a montante (fornecedores de granulado para rolhas aglomeradas).

Na área da Investigação e Desenvolvimento, prosseguiram os esforços para, na linha da visão e missão desta Unidade de Negócios, dotar os clientes de soluções fiáveis e eficazes em todos os segmentos de actuação. Assim, merecem destaque, entre outras, as seguintes iniciativas:

Calçado:

- ◆ parceria com a Universidade do Minho, no âmbito do Projecto Shoemat (Centro Tecnológico de Calçado);
- ◆ pesquisa, em colaboração com a SATRA, na caracterização de produtos adequados aos vários sub-segmentos;
- ◆ lançamento em produção de novos produtos de aglomerados, na procura da verticalização do negócio;

Construção:

- ◆ continuação da pesquisa de aglomeração de cortiça no sentido de obter um produto de baixa densidade e de melhor desempenho acústico;
- ◆ pesquisa e desenvolvimento de aglomerados técnicos com características ignífugas para a produção de isolamentos térmicos e acústicos;
- ◆ estudo e lançamento de um *underlay* com relevante *performance* para novas aplicações;

Indústria:

- ◆ estudo sobre as cargas de cortiça utilizáveis na indústria automóvel;
- ◆ levantamento da utilização de granulado de cortiça na limpeza de património arquitectónico e estudo dos seus parâmetros de trabalho.

CORTIÇA COM BORRACHA

A Unidade de Negócios Cortiça com Borracha apresentou, no exercício de 2002, um crescimento de 14% nas suas vendas, tendo-se registado um aumento das vendas em todas as áreas de negócio, com a excepção das vendas de Aglomerados Brancos para aplicações industriais nos Estados Unidos da América.

Em relação às áreas com crescimentos mais significativos, salientam-se os registados nos produtos destinados ao sector automóvel que, apesar das vendas evidenciarem um crescimento significativo face a 2001, ainda apresentam volumes muito inferiores aos verificados em anos transactos, e as aplicações industriais de cortiça com borracha, resultado da aquisição, em 2001, do negócio Accoseal®.

A margem bruta registada por esta Unidade de Negócios em 2002 foi superior, em termos percentuais, à de 2001, tendo para isso contribuído a redução significativa do custo da cortiça e o reforço das vendas de produtos com maior valor acrescentado, apesar da desvalorização do USD face ao EUR.

O aumento do volume de vendas e da margem mais do que compensaram o crescimento dos custos operacionais, originados quer pelo aumento da estrutura industrial decorrente do fabrico de juntas planas nos Estados Unidos da América, quer pelo crescimento das amortizações e reintegrações resultantes dos investimentos efectuados ao longo dos últimos anos. Deste modo, a Unidade de Negócios Cortiça com Borracha registou um lucro operacional em 2002, invertendo a situação de prejuízo operacional ocorrida no ano anterior.

A evolução favorável dos custos financeiros deveu-se à redução do endividamento médio e também às diferenças de câmbio positivas verificadas ao longo de 2002.

Fruto da política contínua de investigação e de aperfeiçoamento dos produtos, foram desenvolvidos e homologados novos produtos desta Unidade de Negócios, com destaque para:

- ◆ a aprovação do material RU140 pela Perkins, de acordo com a norma TD69;
- ◆ a aprovação dos componentes para o novo foguete Delta IV, pela Boeing;
- ◆ o desenvolvimento de junta moldada com alma de plástico para transmissão automática;
- ◆ a integração de soluções desenvolvidas no sistema de sub-pavimentos para pisos de relva sintética.

Neste domínio, os projectos em curso têm contribuído para consolidação e aumento do *know-how* da Unidade de Negócios, havendo boas perspectivas em termos de lançamento de produtos recentemente desenvolvidos.

Em 2002 foram concretizados investimentos visando, quer a racionalização e modernização do processo produtivo, quer o aumento de capacidade industrial da secção de produtos moldados e da secção de aglomeração de cortiça.

Atestando o seu carácter inovador e empreendedor, a Unidade de Negócios recebeu o Prémio de Inovação Automóvel 2002, um importante galardão atribuído conjuntamente pelo ICEP Portugal, pela Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel, pela Agência para o Investimento no Norte de Portugal e pelo centro de inovação INTELI – Inteligência em Inovação, distinguindo o seu contributo para a excelência, inovação e qualidade do sector automóvel em Portugal.

Em Dezembro, foi assinada a escritura da adesão da Unidade produtora de Corroios à ACECIA - Componentes Integrados para a Indústria Automóvel, ACE. Este Agrupamento Complementar de Empresas visa oferecer de um serviço completo junto do OEM (*Original Equipment Market*) através do desenvolvimento integrado de soluções diversas para a Indústria Automóvel. Pretende-se, assim, potenciar sinergias entre as diversas empresas que o constituem, tirando partido da complementaridade de competências e de produtos com vista à obtenção de soluções integradas, com maiores níveis de complexidade e com maior valor acrescentado. A participação da Unidade de Negócios pretende colmatar lacunas existentes nas competências das empresas deste ACE e visa detectar oportunidades de desenvolvimento nas quais as soluções de cortiça com borracha sejam integradas.

Ainda no decurso de 2002, a Unidade de Negócios lançou um sítio de *e-commerce* (amorimperformancesolutions.com) que tem como objectivo criar uma cadeia de distribuição nova e alternativa à existente para os produtos (juntas) no mercado de reposição (*Aftermarket*) das transmissões nos Estados Unidos da América.

ISOLAMENTOS

A Unidade de Negócios Isolamentos apresentou, no exercício de 2002, um decréscimo de 18% do volume de vendas. Esta descida é consequência directa dos efeitos das condições económicas desfavoráveis sobre o consumo público e privado e sobre o investimento, que afectaram todo o sector de isolamentos nos seus diversos segmentos, pelo adiamento, ou mesmo cancelamento, de novas construções ou renovação das já existentes.

Não obstante a diminuição de vendas verificada, em especial no mercado Europeu, foi possível aumentar substancialmente o nível da margem bruta face a igual período do ano anterior, devido não só ao aumento dos preços de venda dos produtos acabados, mas também à descida verificada no preço de compra das matérias-primas.

No domínio da distribuição, há a registar o reforço da equipa de vendas em novos mercados, não só pelo aproveitamento da rede existente da CORTICEIRA AMORIM, mas essencialmente pelo apoio comercial e técnico a outros distribuidores.

Durante o ano, os investimentos dirigiram-se para a concretização, até meados de 2003, de um projecto de investigação e desenvolvimento visando o estudo de novas tecnologias para melhorar o processo de produção industrial do aglomerado de cortiça expandida. Este projecto tem como objectivo final a melhoria das propriedades térmicas, salvaguardando as actuais características físico-mecânicas do produto, aumento da produtividade e adaptabilidade às cada vez mais rígidas exigências ambientais.

De salientar, também, a implementação nas Unidades Industriais desta Unidade de Negócios de um sistema de comunicações de voz e dados, de forma a potenciar a fluidez da informação e obter, no futuro, ganhos na gestão logística.

III - SEGURANÇA E AMBIENTE

A Higiene e Segurança no Trabalho manteve-se, em 2002, como uma área estratégica de intervenção em toda a CORTICEIRA AMORIM, tendo em conta quer a sua importância fundamental para o equilíbrio social da Organização, quer o seu papel determinante na produtividade de todas as empresas.

Na prossecução dos objectivos delineados nesta área de intervenção, foram calendarizadas, lançadas e concretizadas várias acções ao longo de 2002:

- ◆ visitas de técnicos internacionais ligados à segurança de pessoas, instalações e equipamentos às principais unidades industriais, de que resultou, após debate e análise, um relatório final, bem como em acções correctivas e medidas preventivas, em algumas das situações detectadas e que mereceram especial atenção;
- ◆ implementação do Sistema de Gestão de Segurança na Corticeira Amorim - Indústria, S.A., com base na Norma NP EN 4397:2001 (OSHAS 18001), tendo sido já desenvolvidas actividades integradas neste domínio;
- ◆ realização, no âmbito da Amorim Revestimentos, S.A., de processos de Identificação de Acidentes em sede de Política da Qualidade;
- ◆ desenvolvimento do Plano Integrado de Acções em Amorim & Irmãos, S.A., cujo objectivo é normalizar os conceitos da Política de Prevenção para aquela área de actividade;
- ◆ continuação da implementação, em algumas das unidades industriais do Sistema de Gestão Ambiental, tendo em vista a sua futura certificação.

Com estas e outras acções, assistiu-se a uma evidente quebra nos Índices de Frequência e de Gravidade ao nível de acidentes de trabalho, notando-se também sinais de melhoria nos níveis de absentismo, em todas as áreas industriais. Para isso muito contribuíram várias acções encetadas ao longo do ano:

- ◆ reforço das Auditorias de Segurança em todas as áreas;
- ◆ calendarização de novas visitas de técnicos internacionais nesta vertente da Segurança Humana e Física, abrangendo instalações e equipamentos;
- ◆ monitorização das condições de trabalho;
- ◆ acções específicas de Formação/Sensibilização e Treino;
- ◆ preparação para a resposta a situações de emergência (simulacros).

IV – QUALIDADE

A CORTICEIRA AMORIM privilegia a Gestão da Qualidade, como condição indispensável à melhoria contínua da Organização. Assim, prosseguiu-se em 2002 com diversas acções:

- ♦ extensão das regras respeitantes às Boas Práticas dos profissionais da indústria da cortiça a algumas das unidades granuladoras, com base no CIPR - Código Internacional de Práticas Rolheiras, código gerido pela C.E. Liège;
- ♦ renovação em 2002, pelo BUREAU VERITAS, das certificações entretanto obtidas;
- ♦ desenvolvimento contínuo da actividade das unidades produtoras de rolhas respeitando sempre os requisitos de segurança alimentar, tendo como referência a Norma 15161, HCCP – Hazard Analysis Critical Control Points;
- ♦ disponibilidade das infra-estruturas laboratoriais da CORTICEIRA AMORIM, nas áreas de Química e Microbiologia, para apoio à Investigação e Desenvolvimento de testes e ensaios para as várias unidades industriais.

De realçar também o início da transição nas empresas de uma Organização Funcional, para uma Organização por Processos, que conduzirá à melhoria contínua das respectivas organizações. Os processos de transição estão em curso nas várias unidades produtoras, tendo já sido atingida esta etapa, através da Certificação pela Norma NP EN ISO 9001:2000, nas empresas Corticeira Amorim – Indústria, S.A. e Champcork – Rolhas de Champagne, S.A..

Os objectivos para 2003 nesta importante área estratégica, passam fundamentalmente por:

- ♦ obtenção da NP EN ISO 9001:2000, nas empresas que ainda não atingiram formalmente este patamar da Gestão da Qualidade;
- ♦ consolidação e melhoria contínua nas unidades que, tendo já atingido esta etapa, pretendem ver melhorados os parâmetros e a sua Organização por Processos.

V – O MERCADO ACCIONISTA

A) Mercado Accionista

O ano de 2002 acentuou o clima adverso sentido nos mercados accionistas nos últimos anos, registando pelo terceiro ano consecutivo – algo que não acontecia desde a II Guerra Mundial – fortes perdas.

O fraco desempenho dos mercados accionistas ficou a dever-se ao cenário de quase recessão económica nos principais mercados, acentuado pela elevada volatilidade e pela forte aversão ao risco, esta última gerada quer pela incerteza quanto à esperada retoma económica, quer pelos sucessivos escândalos contabilísticos e financeiros, com especial destaque para os registados nos EUA.

As sucessivas revisões em baixa das perspectivas de crescimento económico, as falências de empresas internacionais de grande dimensão, o reajustamento de sobrecapacidades instaladas em algumas áreas de actividade, nomeadamente Tecnologias, Media e Telecomunicações (TMTs) e o sobreendividamento das famílias contribuíram para que a actual crise passasse a configurar desequilíbrios quase estruturais cuja correcção se antevê lenta.

O ano 2002 encerrou num clima de forte expectativa relativamente aos resultados das empresas e respectiva origem, já que, embora se anteveja um retorno aos resultados positivos das empresas, os mesmos poderão ficar aquém do projectado e com uma parcela significativa a dever-se a contenção de custos e não a aumento

de actividade. As incertezas geo-políticas e a evolução do preço do petróleo pesam também negativamente na análise.

Em Portugal, o mercado de capitais registou também um terceiro ano consecutivo de fortes perdas, com vários títulos a registarem mínimos históricos ao longo do ano. O acesso a mercados internacionais mais evoluídos, a reduzida dimensão e liquidez do mercado português, bem como a instabilidade ao nível do enquadramento fiscal dos rendimentos de capitais, continuaram a reduzir a atractividade do mercado nacional, dando-lhe cada vez mais o estatuto de mercado periférico em relação aos congéneres europeus.

O índice PSI Geral fechou o ano de 2002 em 1611,15 pontos, o que traduz uma variação homóloga de -26 %.

Em 2002 a capitalização bolsista total diminuiu 9,12%, enquanto o volume total das transacções no mercado de bolsa registou um decréscimo 8%.

B) Comportamento Bolsista das Acções da CORTICEIRA AMORIM

Actualmente, o capital social da CORTICEIRA AMORIM cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos.

A admissão à negociação na BVLP - Bolsa de Valores de Lisboa e Porto das novas acções emitidas no âmbito da operação de aumento de capital ocorreu em 19 de Dezembro de 2000, juntando-se estas às restantes acções da Sociedade já cotadas na BVLP desde o início de 1991, integrando o sistema de negociação contínuo nacional desde 11 de Dezembro de 1991.

No final de 2002, as acções da CORTICEIRA AMORIM transaccionaram-se a 0,80 euros, o que representa um decréscimo de 9,09% em relação à cotação de fecho do ano transacto.

A cotação máxima de fecho atingida durante o referido período foi de 0,90 euros por acção, no dia 7 de Janeiro de 2002; a mínima foi de 0,78 euros e ocorreu nos dias 11 e 13 de Novembro de 2002.

O gráfico abaixo mostra a evolução das cotações e das quantidades transaccionadas da CORTICEIRA AMORIM ao longo de 2002:

	2000	2001	2002
N.º de acções transaccionadas	29 923 749 <i>a)</i> 26 134 311 <i>b)</i>	22 924 966 <i>b)</i>	12 657 227 <i>b)</i>
Cotações:			
Máxima	1,44	1,22	0,90
Média	1,23	1,00	0,84
Mínima	0,87	0,82	0,78
Frequência Negocial	100%	100%	99,2%

Fonte: BVLP/Euronext

Notas:

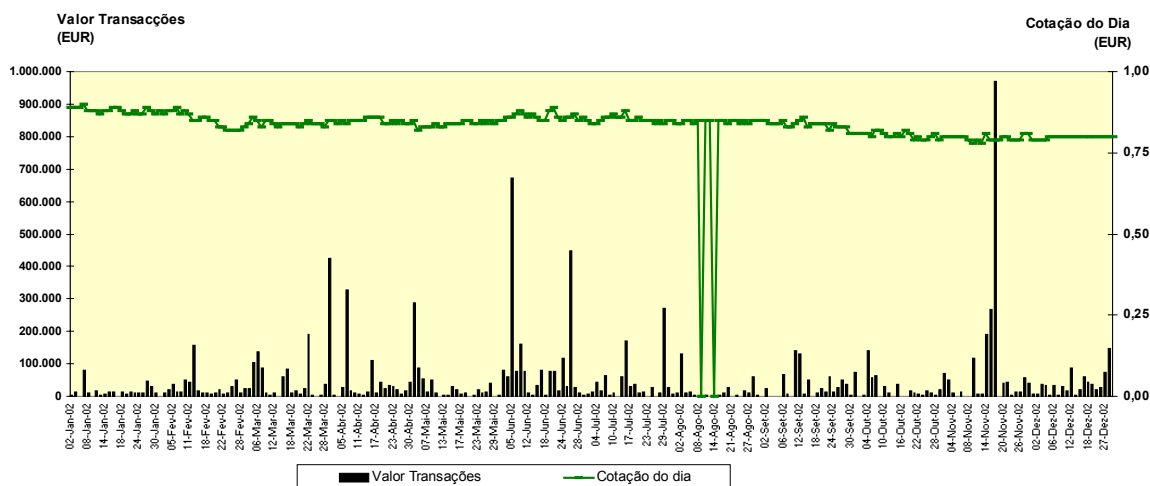
1 – Valor nominal unitário das acções transaccionadas:

a) 4,99 euros;

b) 1 euro.

2 – As cotações anteriores às alterações do capital social foram corrigidas, de forma a serem comparáveis com as cotações de final de ano.

CORTICEIRA AMORIM NO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

**C) Valores Mobiliários Próprios**

De acordo com a alínea d) do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a empresa adquiriu em Bolsa, durante 2002, 1 345 206 acções próprias, representativas de 1,01% do seu capital social, pelo preço médio unitário de € 0,85 e global de € 1 147 217,99.

Durante o mesmo exercício, não foram efectuadas quaisquer alienações pelo que, no final de 2002, permaneciam em carteira as referidas 1 345 206 acções.

VI - CONTA DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

O exercício de 2002 marcou, não só a inversão dos elementos negativos excepcionais de 2001, como também o completar do plano de reorganização iniciado durante esse mesmo ano. A recuperação verificada não coloca ainda os indicadores ao nível dos valores históricos da CORTICEIRA AMORIM não deixando, contudo, de ser significativa quando se compara os valores absolutos da generalidade dos indicadores de desempenho económico e financeiro. Esta recuperação foi efectuada numa conjuntura económica bastante desfavorável, em especial na segunda metade do exercício, e que afectou fortemente alguns dos principais mercados da CORTICEIRA AMORIM, nomeadamente os mercados da UE. Pelo lado positivo, poderá dizer-se que a actividade decorreu num clima de maior estabilidade no mercado de abastecimento de matérias-primas.

As **Vendas Consolidadas** atingiram os 441,1 milhões de euros. Neste valor deverá ser tido em atenção que a comercialização de produtos não transformados ou semi-transformados, dos quais há a destacar a prancha, diminuiu em cerca de 11 milhões de euros relativamente a 2001. Esta diminuição resultou, não apenas de um maior enfoque nos produtos transformados de maior valor acrescentado, como também de uma decisão ligada ao risco de cobrança que esta actividade está a gerar após a crise observada em 2001. Assim sendo, deverá ser entendida com a devida ressalva a comparação entre os valores de vendas de 2002 e de 2001, respectivamente 441,1 e 447,8 milhões de euros.

Como resumo do exposto na descrição das actividades operacionais, poderá dizer-se que as rolhas mantiveram o volume do ano anterior, os revestimentos de solo de cortiça apresentaram um crescimento de 10%, superior ao do conjunto da própria Unidade de Negócios e a cortiça com borracha registou uma subida de cerca de 10%; menos favorável foi a evolução das vendas relativas aos aglomerados em cerca de 7%, devido, no essencial, à baixa de preços provocada pela gradual redução do preço da respectiva matéria-prima.

Em consequência da maior estabilidade verificada no mercado das matérias-primas e da maior selectividade nos clientes, onde se privilegiou a obtenção de margens, em especial ao nível das rolhas naturais, a **Margem Bruta** teve uma melhoria assinalável, subindo de 40,1% para 46%. Atingiu-se assim, em 2002, uma Margem Bruta no limiar do patamar histórico dos 46% - 48%.

Os **Custos Operacionais** cresceram 2,5%, explicados, em grande medida, pela evolução das amortizações (+12,5%), fruto dos investimentos completados nos finais de 2001 e princípios de 2002. Dos restantes Custos Operacionais, há a salientar, pela sua importância, a estabilização ao nível dos custos com o pessoal. Do esforço de racionalização efectuado ao longo do exercício, resultou, em termos práticos, a estabilização do número médio de trabalhadores, isto apesar da entrada em funcionamento da nova Unidade de Coruche e da aquisição da SNL – Société Nationale du Liège, S.A. na Tunísia.

Os **Resultados Operacionais** atingiram os 13,2 milhões de euros, uma evolução favorável comparada com os 3,9 milhões de euros negativos observados no exercício anterior.

O **Cash Flow Operacional** chegou, assim, aos 48,1 milhões de euros, um crescimento de 87% face a 2001.

Ao atingirem o valor de -13,6 milhões de euros, os **Resultados Financeiros** tiveram, igualmente, uma melhoria considerável, cerca de 5 milhões de euros, consequência da redução do endividamento remunerado e de uma taxa de juro mais favorável.

Os **Resultados Antes de Impostos** e de Interesses Minoritários, atingiram, desta forma, os 2,3 milhões de euros, uma evolução extremamente favorável face aos resultados negativos de 22,8 milhões de euros registados em 2001. Esta significativa recuperação resulta, como já se explicou, de uma melhoria importante da Margem Bruta, de uma contenção ao nível dos Custos Operacionais e, novamente, de uma melhoria ao nível dos Resultados Financeiros.

Após estimativa de impostos e de Interesses Minoritários, os **Resultados Líquidos** de 2002 apresentaram um valor final de 1,5 milhões de euros, quando no final do exercício anterior atingiram os -14,8 milhões de euros.

Em termos individuais, e em virtude da utilização do MEP (Método de Equivalência Patrimonial) na valorização das participações financeiras detidas pela empresa-mãe, o Resultado Líquido é igual ao apresentado em termos consolidados, ou seja, 1506 mil euros. Este valor é composto por 1104 mil euros de resultados individuais propriamente ditos, sendo -165 mil euros relativos à função financeira, -966 mil euros referentes a custos operacionais, +59 de resultados extraordinários e +2176 respeitantes à estimativa de impostos sobre rendimentos. Os remanescentes 402 mil euros correspondem à apropriação de resultados das suas participadas. O valor relativo à estimativa de impostos tem em conta o facto de a empresa-mãe ser, ela própria, a cabeça de um grupo de tributação RETGS (Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades):

Indicadores de Actividade

(mil euros)

Indicadores de actividade	2002	2001	Var. %
Vendas	441 052	447 849	-1,5% ⇒ <i>Desf.</i>
Resultado operacional (<i>antes da amort. Goodwill</i>)	18 805	1 225	1 435% ⇒ <i>Fav.</i>
Amortização do goodwill	5 580	5 161	8% ⇒ <i>Desf.</i>
Resultado operacional	13 225	-3 936	N/A
Cash flow operacional	48 112	25 794	87% ⇒ <i>Fav.</i>
Resultado financeiro	-13 615	-18 688	-27% ⇒ <i>Fav.</i>
Resultado extraordinário	2 673	-174	N/A
Resultados antes de impostos e de Int. Min.	2 283	-22 799	N/A
Interesses minoritários	-577	88	N/A
Estimativa de impostos	-199	7 912	N/A
Resultado Líquido	1 506	-14 799	N/A

*Fav. ⇒ variação favorável**Desf. ⇒ variação desfavorável*

Alguns valores evidenciados neste quadro poderão apresentar pequenas diferenças relativamente à soma das partes ou a valores expressos noutras partes deste relatório ou outros, facto que se deve ao tratamento automático dos arredondamentos necessários à sua elaboração.

VII - ESTRUTURA FINANCEIRA DO BALANÇO

No segundo ano consecutivo o Balanço Consolidado apresenta uma diminuição de valor. Com efeito, o Balanço atinge os 578,4 milhões de euros, o que compara com os 602,1 milhões do final de 2001. Mais uma vez a redução das necessidades de Fundo de Maneio associada ao facto de, pela primeira vez, as amortizações do exercício serem superiores ao investimento efectuado, justificam, em larga medida, aquele decréscimo. Completados que foram, no final de 2001 e no princípio de 2002, os grandes projectos de investimento, o respectivo total atingiu os 22,6 milhões de euros, quando em 2001 este registou 45 milhões de euros.

Em consequência do exposto, o Endividamento Bancário Líquido desceu dos 282 milhões de euros para os 259 milhões de euros.

De salientar, pela sua importância, o impacto que a desvalorização do peso argentino teve na transcrição das respectivas peças contabilísticas para o consolidado em euros da CORTICEIRA AMORIM, o qual justifica, em grande medida, a variação nos Capitais Próprios Consolidados, materializados na conta “Diferenças de conversão cambial”.

Em termos individuais, o activo continua a ser composto, quase integralmente, pelo valor relativo a activos relacionados com as participações financeiras, sendo 211,3 milhões de euros relativos a “Partes de capital em empresas do grupo”, 104,1 milhões de euros de “Empréstimos” e 43,9 milhões de euros de “Suprimentos”. O total do activo monta a 361,5 milhões de euros. O passivo, no valor de 172,0 milhões de euros é constituído, também na sua quase totalidade, por uma única rubrica: “Empréstimos bancários e obrigações” no valor de 170,1 milhões de euros.

VIII – RECURSOS HUMANOS

A CORTICEIRA AMORIM na prossecução da estratégia de valorização dos seus Recursos Humanos, incrementou em 2002 uma política de desenvolvimento integrado em todas as funções do negócio, através de planos em diversas áreas, tendo como finalidade criar uma estrutura global de competências.

Nesta perspectiva, realça-se:

- ♦ a participação, pelo sexto ano consecutivo, no “Programa Contacto” do ICEP, para a formação de Jovens Quadros para a Internacionalização, colocando estagiários em diversos países;
- ♦ a realização de Semanas de Qualidade na Amorim & Irmãos, S.A., Corticeira Amorim - Indústria, S.A. e Amorim Revestimentos, S.A., visando um duplo objectivo: melhor relacionamento humano e cultura para a qualidade;
- ♦ a organização de Planos de Acolhimento para novos quadros, com objectivo de os integrar na cultura da CORTICEIRA AMORIM;
- ♦ o desenvolvimento pela Amorim Revestimentos, S.A. do Programa de Desenvolvimento de Competências para Quadros e o envolvimento numa política de melhoria contínua.

Relativamente aos índices de gestão técnicos, a taxa de absentismo real situou-se nos 3,39 % e o índice etário global médio estabilizou nos 39 anos, sendo de realçar que o índice médio de antiguidade diminuiu um ano, para cerca de 12 anos, fruto da política de reestruturação encetada nos últimos meses.

No âmbito da política de formação integrada da CORTICEIRA AMORIM, foram desenvolvidas as acções previstas, de que se salienta:

- ♦ atribuição de dois MBA-Executivo a quadros do Grupo, ao abrigo do protocolo com EGP- Escola Gestão do Porto;
- ♦ realização de mais de 18 000 horas de formação no ano, que envolveu mais de 2430 formandos de todos os Grupos Funcionais, com atenção particular às áreas de Qualidade, Higiene e Segurança, Informática e Gestão;
- ♦ realização de seminários anuais, no âmbito Jurídico-Fiscal, Higiene e Segurança, Ambiente, Transportes e Sistemas de Informação.

Todo este plano foi completado com Plano de Comunicação Interno e Externo, através da divulgação periódica das diversas acções nas publicações *Amorim Magazine* e *News RH*.

O ano 2003 será, neste domínio dos Recursos Humanos, um ano de melhoria e aprofundamento nas vertentes de Gestão de Quadros por Objectivos, Formação, Comunicação, Acompanhamento, Análise da Estrutura de Absentismo e de Sinistralidade.

IX – PERSPECTIVAS PARA 2003

ENVOLVENTE

ECONOMIA MUNDIAL

Estima-se que a Economia Mundial possa crescer 3,7% em 2003, valor que compara positivamente com o registado no ano anterior. A recuperação mundial, conforme se previa após a fase de quase recessão de 2001, tem vindo a ser sistematicamente adiada. As perspectivas de investimento privado, revistas em baixa ao longo de 2002, continuam a ser a pedra de toque para a projecção da evolução futura. O petróleo assume-se como uma das variáveis determinantes para a evolução económica em 2003 e 2004. Os preços com que iniciou 2003 não reflectem o jogo da Procura e Oferta decorrentes da actividade económica, mas antes um prémio elevado pela incerteza relativamente ao Médio Oriente. Da concretização ou não de uma intervenção no Iraque e, em caso afirmativo, da duração dessa intervenção, dependerá o andamento do preço desta variável.

O Japão deverá seguir em 2003 um padrão de crescimento em tudo similar ao observado nos anos transactos, oscilando entre trimestres de crescimento reduzido e trimestres de contracção económica. A Procura Externa continuará a ser o único motor de desenvolvimento. A proximidade geográfica com a Coreia do Norte é fonte de preocupações e instabilidade, uma influência negativa adicional sobre a confiança dos consumidores japoneses. À semelhança do verificado em 2001/2002, algumas Economias Emergentes, nomeadamente China, Índia e Coreia do Sul, distinguir-se-ão positivamente face às economias desenvolvidas. Não obstante, os desafios são grandes, a começar pela situação brasileira e pelo impacto da instabilidade regional na Ásia.

Apesar de todo este clima sombrio, o próprio FMI não coloca de parte a possibilidade de, em face da conclusão rápida do conflito no Iraque, a economia mundial vir a reflectir um clima favorável ao crescimento. Os mercados financeiros, e nomeadamente os mercados bolsistas, registariam então, significativa recuperação.

ZONA EURO

A economia da Zona Euro deverá crescer globalmente cerca de 1,3% em 2003. Contudo, atendendo ao contexto de incerteza e instabilidade geo-política acrescida, os riscos resultam de poder evoluir de forma ainda menos significativa.


A Procura Interna registará ligeiro incremento durante o ano, com impulso do Consumo Privado e do Investimento que, contrariando o observado em 2002, deverá ter comportamento positivo. No entanto, o excesso de capacidade instalada e as incertezas que caracterizam a actual conjuntura, condicionarão fortemente a evolução antecipada. Acresce que a saúde financeira das empresas se deteriorou fortemente em 2001 e 2002, pelo que estas tenderão a seguir posturas muito conservadoras nas suas decisões de investimento e a privilegiar o saneamento das suas contas.

O Consumo Público dará, em 2003, um menor contributo para a evolução económica. A margem de actuação da política orçamental é limitada em face das medidas expansionistas já tomadas e dos limites estabelecidos nos Programas de Estabilidade e Crescimento de cada Estado Membro. Antecipa-se uma recuperação da Procura Externa mais para o final de 2003, na medida em que os mercados de exportação apresentem, eles próprios, sinais de dinamismo.

O Desemprego deverá observar incremento continuado. A Comissão Europeia aponta para níveis da taxa de Desemprego de 8,3%, mas que traduzem situações bastante divergentes no seio da UEM. A Inflação seguirá tendência descendente, garantindo o cumprimento da meta do BCE. O factor petróleo/Iraque assume uma importância acrescida dada a sua capacidade para alterar substancialmente este panorama.

A Política Monetária seguida pelo BCE procurará compatibilizar dois objectivos importantes: por um lado, garantir um apoio à recuperação económica, assumindo as previsões dominantes que consideram que a inflação seguirá tendência decrescente; por outro, fazer face aos riscos significativos de forte incremento do preço das componentes energéticas em virtude de um potencial conflito no Médio Oriente. A *Refi Rate* poderá atingir o mínimo histórico desde o surgimento do euro. A contínua valorização do euro durante 2002 e início deste ano, determinará condições monetárias menos expansionistas, anulando, em parte, anteriores cortes de taxas. Esta situação garantirá uma maior margem de manobra ao BCE para actuar, baixando as taxas. Apesar da Comissão Europeia não prever um agravamento do Défice Orçamental da Zona Euro (2,1% em 2003 *versus* 2,3% em 2002), a possibilidade de se verificarem défices excessivos na Alemanha, França e Itália é cada vez mais provável. Embora de forma absolutamente marginal, o peso da Dívida Pública no PIB é estimado diminuir ao longo de 2003 e 2004.

ESTADOS UNIDOS

 Os receios decorrentes da intervenção no Iraque e de eventuais ataques terroristas em retaliação, juntam-se à incerteza e clima negativo que grassa nos mercados financeiros, para criar, nas palavras de Alan Greenspan, “barreiras formidáveis a novos investimentos”. Também na opinião de Greenspan, a economia norte-americana crescerá em 2003 a um ritmo moderado e “pouco constante”. Estima-se que o PIB cresça 2,6%.

Os Planos Orçamentais da Administração Bush procurarão relançar a economia. No entanto, a situação de desequilíbrio orçamental de muitos dos estados norte-americanos determinará, a breve trecho, a necessidade de se controlar mais eficazmente a despesa. Estima-se que os Gastos Públicos cresçam ao ritmo de 3,0% e que contribuam com 0,5% para o crescimento económico. O défice da Conta Corrente parece vir a manter a tendência de aumento que tem seguido nos últimos exercícios, equivalendo já a 5% do PIB. A Procura Externa contribuirá positivamente para o crescimento, tirando partido da desvalorização do USD. A evolução da Inflação não se mostrará minimamente preocupante para as autoridades norte-americanas. Embora as empresas tenham recuperado parte da capacidade de actuação sobre os preços, o ritmo pausado de recuperação económica e a fragilidade dos indicadores de confiança dos agentes económicos fazem antever a estabilidade de preços.

O Desemprego manterá a tendência de subida já evidente desde 2001, estimando-se um registo de 6,3% para 2003. A previsão poderá pecar por defeito em face da revisão em baixa dos planos de investimento das grandes empresas, da incerteza conjuntural que se regista, da forte quebra de confiança dos consumidores americanos, do adiar da recuperação das bolsas accionistas e da necessidade, a prazo, de também as entidades públicas norte-americanas procederem à dispensa de trabalhadores.

Não obstante os baixos custos de financiamento vigentes na economia, o Investimento vai continuar a pautar-se por forte condicionamento – por um lado, existe um excesso de capacidade instalada, por outro, a conjuntura impele os agentes económicos a adiarem decisões de investimento. A Taxa de Poupança dos americanos deverá continuar a aumentar. O Consumo Privado, o grande sustentáculo da economia nos últimos anos, deverá crescer apenas 1,8% em 2003. A crise com o Iraque pressionará negativamente.

A FED deverá manter as taxas de juro inalteradas até final do ano, aguardando pela comprovação objectiva da recuperação económica para actuar sobre preço do dinheiro. Em 2004, a economia já poderá estar a crescer de acordo com o potencial de médio e longo prazo e, como tal, haverá margem para subir taxas.

O cenário de recuperação económica na segunda metade do ano não pode ser descartado, porque se encontra dependente da evolução da questão iraquiana. Um conflito de duração reduzida e vitorioso para os EUA, determinaria uma forte revisão das perspectivas de crescimento, valorização dos mercados financeiros e diminuição da aversão ao risco e incerteza.

PORTUGAL

A economia portuguesa deverá ver o seu crescimento variar em torno de 0,75%. Este valor reflecte a expectativa de um menor nível de actividade para Zona Euro, uma contenção significativa na Despesa Pública e ainda a alteração na composição do crescimento, com uma revisão em alta dos Gastos Públicos e uma alteração em sentido oposto no contributo do Consumo Privado e das Exportações Líquidas. Os riscos inerentes a esta perspectiva são claramente negativos. A diminuição do Investimento, o carácter restritivo da Política Orçamental definida, a subida dos combustíveis e a fraca performance dos principais parceiros económicos de Portugal, conjugam-se para, eventualmente, conduzir a economia nacional no sentido da contracção económica.

O ano de 2003 será, à semelhança de 2002, um ano de ajustamento face aos desequilíbrios económicos observados na década de 90. Estima-se que as Exportações cresçam ao ritmo de 3,75%. A Alemanha, principal parceiro comercial de Portugal e a maior economia europeia, deverá registar estagnação económica. As Importações seguirão uma trajectória ascendente, mas a um ritmo inferior ao das exportações, sendo, portanto, expectável assumir-se um contributo positivo da Procura Externa para o crescimento económico. A Procura Interna não deixará de reflectir o tipo de ajustamentos já observados nos três últimos anos e que se antecipa prolongarem-se em 2003, nomeadamente a diminuição do Consumo Privado e o privilegiar da poupança por parte dos particulares, a revisão em baixa das decisões de investimento por parte das empresas e a contenção dos Gastos Públicos. Estima-se que o Consumo Privado cresça 0,75% e o Consumo Público registe contracção.

A Inflação seguirá em 2003 uma trajectória descendente. Estima-se um valor de 3,0% em 2003. Pelo contrário, o Desemprego seguirá uma tendência ascendente, talvez mesmo vincadamente, em face do nível atingido em 2002 e do ritmo de aumento observado pela variável nos últimos meses do ano transacto. Os sinais de degradação das condições do mercado de Trabalho surgem evidentes. O Banco de Portugal estima que 2003 registe uma taxa de desemprego superior a 5,0%. O Orçamento de Estado para 2003 pauta-se por um objectivo de consolidação orçamental e o cumprimento das metas vertidas no PEC. Um abrandamento da economia superior ao assumido determinará uma contribuição ainda mais negativa, na medida em que os Investimentos Públicos serão imediatamente condicionados, de forma a garantir o cumprimento da meta orçamental. O Défice agregado da Balança Corrente e de Capital deverá registar uma melhoria em 2003, passando a representar 4,8% do PIB (6,2% em 2002). Esta evolução integra-se na correcção dos desequilíbrios externos a que vimos assistindo desde 2001, e que é consentânea com menores défices externos e aceleração na captação de investimento directo estrangeiro.

ACTIVIDADES OPERACIONAIS

ROLHAS

Para 2003 prevê-se que o mercado das rolhas continuará com tendência a consolidar de forma a suprir a pressão do mercado de consumo. Estima-se que o segmento das rolhas Twin Top® registe um bom desempenho, superando os valores de 2002.

A nível operacional, esperam-se resultados positivos da implementação de acções a vários níveis:

- ♦ recursos humanos: contínua operacionalização da estrutura humana desta Unidade; introdução de um sistema retributivo por objectivos;
- ♦ estrutura produtiva e comercial: maior integração das Unidades, potenciando uma redução de custos adicionais, bem como uma maior flexibilidade e optimização das capacidades.
- ♦ qualidade e desenvolvimento técnico dos produtos: apresentação e aplicação oficial do sistema ROSA a todos os segmentos de rolhas.

REVESTIMENTOS

Não há indicações consistentes de que a retoma da economia mundial, e em especial da Europa, se efectue rapidamente. Desta forma, prevê-se que a envolvente macro-económica seja menos estável que em 2002, e que a insegurança dos investidores e consumidores acabará por dominar uma conjuntura económica caracterizada pela volatilidade e incerteza decorrentes, também, do conflito no Iraque.

As grandes linhas de orientação e objectivos para 2003 passam por:

- ♦ melhorar o posicionamento e a atractividade dos produtos;
- ♦ relançar mercados relevantes onde a presença actual não é visível;
- ♦ alargar a oferta de produtos em que a colecção “Novas Cores” é o exemplo mais recente;
- ♦ aumentar a eficiência interna e das empresas de distribuição;
- ♦ evoluir para uma organização baseada em processos;
- ♦ estabilização dos custos operacionais.

Considerando a situação dos principais mercados desta Unidade de Negócios e a competitividade dos seus produtos, julga-se possível, face às indicações hoje existentes, atingir um volume de vendas e margem em 2003 superiores a 2002, embora o impacto das novas colecções só se deva fazer sentir no segundo semestre de 2003.

AGLOMERADOS TÉCNICOS

A estabilidade vigente nos mercados abastecedores de matéria-prima associada às várias medidas de racionalização interna, permitem encarar com optimismo o desempenho da Unidade de Negócios, apesar da continuidade do mau clima económico geral e particular de alguns mercados.

A modernização da estrutura produtiva e dos sistemas de informação, o reforço das competências do quadro de colaboradores nos mais diversos níveis, a preocupação constante com o meio ambiente e a disponibilização de respostas de serviço e produto, inovadoras e de qualidade, antecipando as necessidades do cliente, irão continuar a merecer todo o entusiasmo e atenção, enquanto sustentáculos de um crescimento harmonioso e duradouro.

CORTIÇA COM BORRACHA

Esta Unidade de Negócios perspectiva para o ano 2003 um crescimento das vendas resultante da consolidação de negócios recentes e do aumento de vendas de juntas moldadas.

Não são esperadas grandes variações dos custos das matérias-primas face à média de 2002 e prevê-se que a estrutura de custos operacionais se reduza face a 2002.

Deste modo, estima-se que os resultados da Unidade de Negócios Cortiça com Borracha tenham uma ligeira melhoria em 2003, face aos obtidos em 2002.

ISOLAMENTOS

Esta Unidade de Negócios perspectiva para o ano de 2003 um crescimento do volume de vendas, tanto no segmento dos aglomerados de cortiça expandida como no dos produtos em fibra de coco, pela recuperação do mercado e crescimento em mercados emergentes, apesar de não haver indicações consistentes de que a retoma da economia mundial, e em especial da Europa, se efectue rapidamente.

Continuar-se-á a apostar na divulgação dos produtos, realçando as vantagens técnicas e ecológicas, sempre direccionada às áreas geográficas e culturais sensíveis às questões relacionadas com o ambiente.

Manter-se-á a flexibilidade industrial e versatilidade do produto a pensar nas aplicações específicas e em dar resposta às solicitações de projectos especiais, bem como em complementaridade a outras soluções de isolamento, sempre no enquadramento da filosofia da Unidade de Negócios dos Isolamentos, na área dos produtos naturais e ecológicos, não descurando os mercados tradicionais na aplicação dos aglomerados de isolamento.

RESULTADOS

Conforme se depreende das perspectivas apresentadas pelas Unidades de Negócios, prevê-se uma evolução moderada da actividade para 2003 resultante de uma aposta de crescimento selectivo que privilegie a rendibilidade do negócio. As melhorias ao nível da Margem Bruta e a contenção a observar nos Custos Operacionais, contribuirão para um esperado crescimento dos Resultados Operacionais. Também ao nível dos Resultados Financeiros se espera um contributo positivo para a evolução dos resultados da CORTICEIRA AMORIM para 2003.

Há, no entanto, que considerar que o clima de incerteza e risco que se constata hoje na economia internacional, tornam extremamente difícil prever para o ano de 2003 a evolução, tanto no volume dos negócios, como na respectiva *performance*. Igualmente a instabilidade nos mercados cambiais, sobretudo o comportamento recente na cotação euro *versus* dólar, contribui para fazer aumentar os níveis de imprevisibilidade para a actividade e resultados em 2003.

X - DIVIDENDOS

Face aos resultados apresentados no corrente exercício, e no sentido de preservar o equilíbrio financeiro da empresa, o Conselho de Administração irá propor na Assembleia Geral de Aprovação de Contas da CORTICEIRA AMORIM a não atribuição de Dividendos, referentes ao ano de 2002.

XI - EVENTOS POSTERIORES

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2002 e até à data do presente relatório, não ocorreram factos relevantes que venham a afectar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da CORTICEIRA AMORIM e do conjunto das empresas filiais incluídas na Consolidação.

XII - FECHO DO RELATÓRIO

⌚ Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

- ♦ aos Accionistas e Investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;
- ♦ às Instituições de Crédito, pela importante colaboração prestada;
- ♦ ao Fiscal Único pelo rigor e qualidade da sua actuação.


A todos os Colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela CORTICEIRA AMORIM, aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

Mozelos, 24 de Fevereiro de 2003
A Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Relatório Consolidado de Gestão

INFORMAÇÃO SOBRE PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

 Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários aprovou em 1999 o primeiro conjunto de recomendações relativas ao governo das sociedades cotadas, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de tutela dos investidores nos mercados de valores mobiliários, tendo em Dezembro de 2001 aprovado a sua reformulação, bem como a transformação de algumas das recomendações em obrigações, nos termos propostos pelo Regulamento n.º 07/2001 da CMVM.

A CORTICEIRA AMORIM acolheu estas recomendações como um contributo oportuno e pertinente cuja observância favorecerá todas as entidades, particulares ou colectivas, cujos interesses estão envolvidas na actividade societária, tendo vindo a analisar criticamente o seu posicionamento em matéria de governo da sociedade à luz destas recomendações, ponderando as vantagens efectivas da sua total implementação e a realidade em que opera.

A análise efectuada permite afirmar que os interesses que estas Recomendações visam proteger têm já um tratamento muito similar ao preconizado pelas mesmas Recomendações, facto que coloca a CORTICEIRA AMORIM num *bom grau de adopção das mesmas*, conforme se pode inferir da fundamentação apresentada nas notas seguintes, elaboradas de acordo com estipulado no artigo 1.º do Regulamento n.º 07/2001 da CMVM.

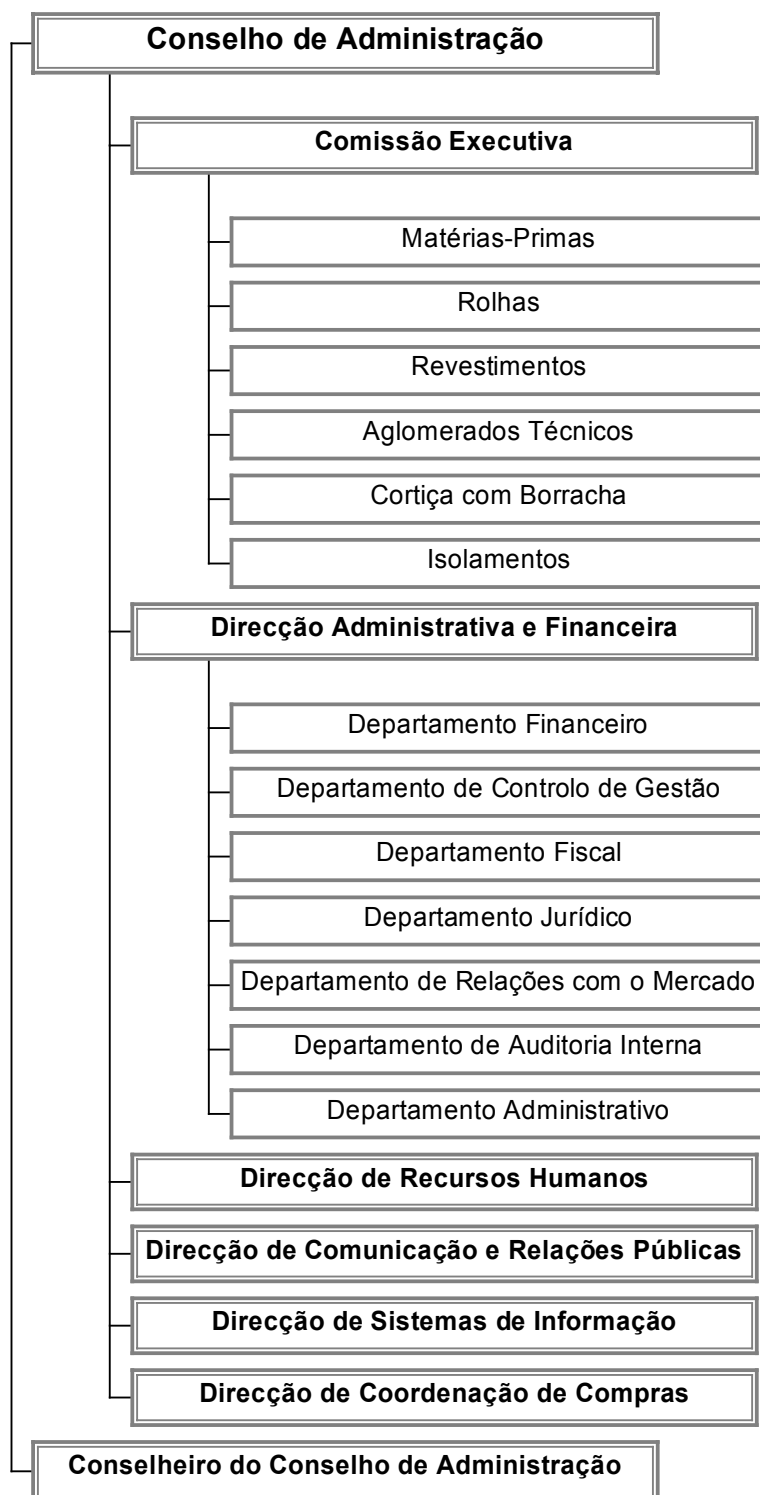
I - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1. Informação relativa à repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial.

Cabe ao Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM o controlo efectivo na orientação da actividade da sociedade, sendo o órgão competente para a tomada de decisões em todas as matérias consideradas relevantes, nomeadamente as de natureza estratégica.

Durante o ano de 2002 foram efectuadas alterações importantes ao nível do Órgão de Administração da Sociedade, com a criação de uma Comissão Executiva e com a inerente potenciação dos sistemas internos de controlo, alterações que visam melhorar os níveis de *performance* dos negócios, bem como contribuir para a detecção mais eficaz de riscos ligados à actividade

No exercício das suas funções executivas a Comissão Executiva tem em sua dependência directa varias direcções com competências específicas, conforme se pode observar no mapa funcional sintético que a seguir se apresenta:



2. Descrição do comportamento bolsista das acções.

Conforme descrito no Ponto V - B) do Relatório de Gestão.

3. Informação sobre a política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade.

Em cada exercício económico, a CORTICEIRA AMORIM pondera, face à envolvente da sua actividade, a proposta de aplicação de resultados do exercício a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

Atendendo à excepcionalidade dos resultados obtidos no exercício de 2001, foi deliberada na Assembleia Geral de Accionistas de 28 de Março de 2002 a não atribuição de dividendos.

No que concerne ao exercício em apreço, face à necessidade de se manter um adequado equilíbrio financeiro, é proposta a não atribuição de dividendos.

4. Planos de atribuição de acções e planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício.

Relativamente ao exercício de 2002, a CORTICEIRA AMORIM não adoptou nem tem vigente qualquer plano de atribuição de acções ou de atribuição de opções de aquisição de acções.

5. Utilização das novas tecnologias de informação para a divulgação de informação.

A CORTICEIRA AMORIM tem vindo a utilizar as tecnologias de informação de que dispõe para divulgação periódica de informação económico-financeira, nomeadamente dos relatórios de análise da evolução da actividade e dos resultados obtidos, bem como na resposta a questões específicas levantadas pelos Investidores.

Actualmente, a CORTICEIRA AMORIM divulga, no sítio www.amorim.com, algumas notícias e actividades relevantes, disponibilizando também o Organigrama e descrição da actividade das principais Unidades de Negócios, quer em inglês quer em português.

6. Relações com o Mercado e Apoio ao Investidor.

A CORTICEIRA AMORIM procura assegurar a existência de um permanente contacto com o Mercado, respeitando o princípio da igualdade de accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos Investidores.

Assim, o Departamento de Relações com o Mercado, supervisionado pelo Representante para as Relações com o Mercado da CORTICEIRA AMORIM, exerce, designadamente, as seguintes funções:

- ◆ divulgação periódica de análise da evolução da actividade da sociedade e dos resultados obtidos, incluindo a coordenação e preparação da sua apresentação pública semestral realizada a partir da sede da sociedade (presencial ou em sistema de audio-conferência);
- ◆ divulgação de factos relevantes;
- ◆ divulgação de comunicações sobre participações qualificadas;
- ◆ recepção e centralização de todas as questões formuladas pelos investidores e esclarecimentos facultados.

O acesso a este Departamento pode ser feito pelo telefone 22 747 54 00, pelo fax 22 747 54 07 ou pelo endereço de correio electrónico corticeira.amorim@amorim.com.

A função de Representante para as Relações com o Mercado da CORTICEIRA AMORIM é desempenhada pela Sra. Dra. Cristina Amorim.

II - EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

A CORTICEIRA AMORIM estimula a participação dos Accionistas nas Assembleias Gerais da sociedade, nomeadamente disponibilizando, conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais, a informação legalmente prevista para consulta prévia à realização da Assembleia Geral, visando permitir que o Accionista disponha da informação necessária à sua tomada de decisão nas matérias agendadas para cada Assembleia Geral, quer seja essa decisão expressa por si próprio, por correspondência ou por seu representante.

Relativamente ao processo de representação, a Mesa da Assembleia Geral confere a validade e a conformidade dos documentos de representação apresentados, face ao estipulado na lei e nos estatutos da sociedade.

A CORTICEIRA AMORIM incentiva o exercício do direito de voto dos Accionistas nas Assembleias Gerais da sociedade, seja por voto directo, por correspondência ou por representação, nomeadamente esclarecendo a tramitação legal necessária ao seu exercício. A cada grupo de mil acções corresponde um voto.

Conforme disposto nos estatutos da sociedade, nas Assembleias Gerais o voto dos Accionistas por correspondência é admitido na alteração dos estatutos da sociedade e na eleição de titulares dos órgãos sociais, devendo, nesses casos, a recepção da declaração de voto ocorrer nos cinco dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia Geral

III - REGRAS SOCIETÁRIAS

1. *Existência, ao nível da organização interna, de regras específicas vocacionadas para regularem situações de conflito de interesses entre os membros do órgão de administração e a sociedade.*

Embora não existam códigos de conduta e regulamentos internos formais no sentido desta nota, considera a CORTICEIRA AMORIM que os princípios de boa prática empresarial fazem parte dos valores empresariais salvaguardados tanto pelos membros dos órgãos societários como pelos restantes colaboradores.

2. *Procedimentos internos adoptados para o controlo do risco na actividade da sociedade*

Na dependência da Direcção Administrativa e Financeira foi constituído o Departamento de Auditoria Interna que tem como missão a redução dos riscos de funcionamento da organização, sendo suas principais funções a avaliação e revisão dos sistemas de controlo interno, visando a optimização dos recursos, bem como o exame das actividades desenvolvidas que permita aos órgãos de gestão um nível de segurança razoável de que os objectivos de negócio serão atingidos.

3. *Existência de limites ao exercício dos direitos de voto, de direitos especiais de algum accionista e de acordos parassociais, se conhecidos pela sociedade.*

Não aplicável.

IV - ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1. *Composição e caracterização do Órgão de Administração.*

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM é composto pelo Presidente, Vice-Presidente e três Vogais. O modelo adoptado é o do exercício conjunto da administração da sociedade, ocupando todos os membros do Conselho de Administração funções executivas.

Neste Conselho, o cargo de um Vogal é ocupado por um membro independente, isto é, que não detém, directa ou indirectamente, qualquer posição accionista na sociedade, que exerce uma influência significativa na tomada de decisões colegiais e contribui para o desenvolvimento da estratégia da sociedade, em prol da prossecução dos interesses da sociedade. Assim, é membro independente do Conselho de Administração o Sr. Dr. José Araújo Silva.

Do Conselho de Administração emana uma Comissão Executiva que integra os Srs. Dr. António Rios de Amorim, José Américo Amorim Coelho e Dr. José Araújo Silva.

Os membros do Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM em exercício ocupam os seguintes cargos em outras sociedades¹:

António Rios de Amorim (Presidente):

<i>Empresa</i>	<i>Cargo</i>
Amorim Capital, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Desenvolvimento, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim – Entertainment e Gaming International, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim – Hotéis e Serviços, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Imobiliária, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim & Irmãos, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Turismo, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Corticeira Amorim – Indústria, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração

¹ Mencionam-se apenas as empresas mais importantes e/ou relevantes.

José Américo Amorim Coelho (Vice-Presidente):

<i>Empresa</i>	<i>Cargo</i>
Amorim Capital, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Desenvolvimento, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Imobiliária, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Industrial Solutions, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Segundo Vice-Presidente do Conselho de Administração
Amorim & Irmãos, S.G.P.S., S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Amorim Isolamentos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Participações Mobiliárias, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Revestimentos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Turismo, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Corticeira Amorim – Indústria, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

Joaquim Ferreira de Amorim (Vogal):

<i>Empresa</i>	<i>Cargo</i>
Amorim Capital, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Desenvolvimento, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Imobiliária, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Administração
Amorim & Irmãos, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Turismo, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Investife – Investimentos Imobiliários e Financeiros, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

Rui Miguel Duarte Alegre (Vogal):

<i>Empresa</i>	<i>Cargo</i>
Amorim Broking, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Capital, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Desenvolvimento, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Hotéis e Serviços, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Imobiliária, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Turismo, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Natureza, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Vertente Financeira, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração

José Araújo Silva (Vogal):

Não desempenha qualquer cargo em outras sociedades.

2. *Outros Órgãos com competência em matéria de gestão.*

Não aplicável.

3. *Exercício de funções pelo Órgão de Administração da Sociedade.*

Cabe ao Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM o controlo efectivo na orientação da actividade da sociedade, sendo o Órgão competente para a tomada de decisões em todas as matérias consideradas relevantes, especialmente as de natureza estratégica.

Estão garantidas as condições de procedimentos, de processos de decisão, de interacção e de *reporting*, para que o Órgão de Administração possa estar, a todo o tempo, informado sobre as matérias relevantes e sobre as decisões tomadas pela Comissão Executiva.

O Órgão de Administração reúne-se normalmente com uma periodicidade mensal, sendo a ordem de trabalhos e documentação de apoio aos pontos nela agendados facultada com antecedência, de forma a possibilitar uma tomada de decisão clara e fundamentada. No exercício de 2002 realizaram-se treze reuniões do Conselho de Administração.

4. *Existência de comissões de controlo internas com atribuição de competências em matérias em que existam potenciais situações de conflito de interesses.*

Até à data de apresentação deste relatório, o Conselho de Administração não procedeu à criação de comissões de controlo interno com atribuições nos termos desta nota.

5. *Remuneração dos titulares do órgão de administração em função dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas.*

Os membros do Conselho de Administração auferem remuneração fixa pelo desempenho das suas funções, não auferindo qualquer remuneração em função dos resultados obtidos pela CORTICEIRA AMORIM ou da evolução da cotação das acções emitidas.

6. *Remuneração auferida pelo conjunto dos membros do órgão de administração.*

O conjunto dos membros do Conselho de Administração auferiu remunerações que ascenderam a 556 mil euros, pelo desempenho de funções quer no órgão de administração da CORTICEIRA AMORIM quer nos órgãos de administração das empresas associadas ou participadas que consolidam naquela sociedade.

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.**Sociedade Gestora de Participações Sociais****Anexo ao Relatório Consolidado de Gestão****Exercício findo em 31 de Dezembro de 2002****1 - ACÇÕES CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A., DETIDAS E OU TRANSACCIONADAS PELOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EMPRESA**

Em cumprimento do estabelecido no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os Órgãos Sociais da Empresa não transaccionaram durante o ano de 2002, nem possuem à data de 31 de Dezembro de 2002, quaisquer títulos de acções da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A., com excepção do Vogal do Conselho de Administração, Senhor Rui Miguel Duarte Alegre, que mantém a posse de 666 acções da Sociedade, não tendo transaccionado qualquer título durante o ano de 2002.

2 - RELAÇÃO DOS ACCIONISTAS TITULARES DE MAIS DE UM DÉCIMO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA

Em cumprimento do estabelecido no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a sociedade Amorim Capital - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é detentora, à data de 31 de Dezembro de 2002, de 90 162 161 acções da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A., correspondentes a 67,79% do capital social e a 68,48% dos direitos de votos.

3 - PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUALIFICADAS

Relação dos Accionistas titulares de participações sociais qualificadas, à data de 31 de Dezembro de 2002:

Accionista	Número de acções	Percentagem de direitos de votos
Amorim Capital - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	90 162 161	68,48%
Luxor - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	2 949 187	2,24%
A F Investimentos - Fundos Mobiliários, S.A.	4 235 244	3,22%

A Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A., detém, à data de 31 de Dezembro de 2002, uma participação qualificada indirecta na CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A., de 90 162 161 acções correspondente a 68,48% de direitos de votos. A referida participação indirecta é detida através da Amorim Capital - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..

De referir que em 31 de Dezembro de 2002 a Sociedade detém 1 345 206 acções próprias.

Mozelos, 24 de Fevereiro de 2003

O Conselho de Administração

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de euros)

ACTIVO	Notas	2002		2001	
		Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO					
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	25	1 963	1 398	565	569
Despesas de investigação e desenvolvimento	25	10 341	6 272	4 069	2 558
Propriedade industrial e outros direitos		2 308	1 308	1 000	625
Trespases		2 732	1 160	1 572	2 144
Imobilizações em curso		1 169	0	1 169	2 078
Diferenças de consolidação	10	62 946	27 957	34 989	31 941
	27	81 459	38 095	43 364	39 915
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e outros recursos naturais	10,42	27 575	154	27 421	27 143
Edifícios e outras construções	10,42	165 830	94 230	71 600	60 579
Equipamento básico	42	199 353	139 718	59 635	57 193
Equipamento de transporte	42	11 848	9 345	2 503	3 010
Ferramentas e utensílios	42	5 821	3 529	2 292	2 202
Equipamento administrativo	42	21 641	16 851	4 790	4 661
Taras e vasilhame	42	767	515	252	266
Outras imobilizações corpóreas	42	3 871	3 025	846	1 180
Imobilizações em curso		6 377	0	6 377	27 351
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		148	0	148	574
	27	443 231	267 367	175 864	184 159
Investimentos financeiros					
Partes de capital em empresas do grupo	2	701	197	504	1 418
Empréstimos a empresas do grupo		1 499	188	1 311	3 551
Partes de capital em empresas associadas	3,4	1 908	37	1 871	1 709
Partes de capital em empresas participadas		949	0	949	812
Empréstimos a empresas participadas		193	8	185	245
Títulos e outras aplicações financeiras		4 434	1 182	3 252	2 933
Imobilizações em curso		2 042	0	2 042	2 856
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		243	0	243	776
	27,46	11 969	1 612	10 357	14 300
CIRCULANTE					
Existências					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		90 137	350	89 787	94 581
Produtos e trabalhos em curso		9 095	21	9 074	13 149
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		758	0	758	754
Produtos acabados e intermédios		89 983	2 792	87 191	89 919
Mercadorias		10 495	505	9 990	7 075
Adiantamentos por conta de compras		0	0	0	145
	46	200 468	3 668	196 800	205 623
Dívidas de terceiros - Curto prazo					
Cientes - c/c		97 393	3 322	94 071	97 764
Cientes - títulos a receber		6 277	0	6 277	5 456
Cientes de cobrança duvidosa		9 204	6 990	2 214	1 834
Empresas do grupo		417	143	274	192
Empresas associadas		81	81	0	0
Adiantamentos a fornecedores		3 192	0	3 192	3 608
Estado e outros entes públicos		17 493	0	17 493	16 934
Outros devedores		7 356	153	7 203	10 191
	46	141 413	10 689	130 724	135 979
Títulos negociáveis					
Outras aplicações de tesouraria		15	0	15	96
Depósitos bancários e caixa					
Depósitos bancários		5 427	0	5 427	5 089
Caixa		344	0	344	612
		5 771	0	5 771	5 701
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de proveitos		222	0	222	523
Custos diferidos		2 031	0	2 031	3 886
Ajustes diferidos - contratos futuros		170	0	170	0
Impostos diferidos		13 125	0	13 125	11 955
		15 548	0	15 548	16 364
Total de amortizações					
			305 462		
Total de provisões					
			15 969		
Total do Activo		899 874	321 431	578 443	602 137

(valores expressos em milhares de euros)

CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO	Notas	2002	2001
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	50	133 000	133 000
Acções próprias - valor nominal		- 1 345	0
Acções próprias - descontos e prémios		198	0
Prémios de emissão de acções (quotas)		38 893	38 893
Reservas de reavaliação		4 048	4 048
Diferenças de consolidação	10	- 26 784	- 26 786
Reservas:			
Reservas legais		6 462	6 462
Outras reservas		39 087	56 356
Resultados transitados			
Sub-Total		193 559	211 973
Resultado líquido do exercício		1 506	- 14 799
Total do capital próprio		195 065	197 174
Diferenças de conversão cambial		- 5 579	1 731
Total do capital próprio c/ conversão cambial		189 486	198 905
INTERESSES MINORITÁRIOS	10	8 047	7 947
PASSIVO			
Provisões para impostos		327	51
Outras provisões para riscos e encargos		4 475	4 455
	46	4 802	4 506
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	50	43 850	71 284
Dívidas a instituições de crédito	50	92 478	108 088
Outros empréstimos obtidos		16 928	9 665
Outros credores		300	4 453
		153 556	193 490
Dívidas a terceiros - Curto prazo			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis		27 433	0
Dívidas a instituições de crédito		101 234	108 069
Fornecedores - c/c		50 607	46 814
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		543	999
Fornecedores - títulos a pagar		65	760
Outros accionistas (sócios)		2	3
Adiantamentos de clientes		807	55
Outros empréstimos obtidos		2 875	3 181
Fornecedores de imobilizado - c/c		853	863
Estado e outros entes públicos		6 349	7 477
Outros credores		4 649	3 370
		195 417	171 591
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de custos		13 135	12 500
Proveitos diferidos		11 168	10 210
Ajustes diferidos - contratos futuros		0	97
Impostos diferidos		2 832	2 891
		27 135	25 698
Total do Passivo		380 910	395 285
Total do Capital Próprio, Interesses Minoritários e Passivo		578 443	602 137

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

(valores expressos em milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZA EM 31 DE DEZEMBRO

CUSTOS E PERDAS	Notas	2002	2001
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		236 109	267 857
Fornecimentos e serviços externos		62 840	64 097
Custos com o Pessoal:			
Remunerações		71 443	70 845
Encargos Sociais:			
Pensões		1 456	463
Outros		17 031	18 443
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27,45	31 287	27 820
Provisões	45,46	3 600	1 910
Impostos		1 070	1 287
Outros custos e perdas operacionais		962	2 032
(A)		425 798	453 370
Perdas relativas a empresas do grupo e associadas		0	24
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	44	316	41
Juros e custos similares:			
Outros	44	28 895	31 113
(C)		455 009	484 548
Custos e perdas extraordinários	45	4 578	5 936
(E)		459 587	490 484
Impostos sobre o rendimento do exercício	23	648	928
Impostos diferidos	23	- 449	- 8 840
(G)		459 786	482 572
Resultados dos interesses minoritários	10	577	- 88
Resultado líquido do período		1 506	- 14 799
		461 869	467 685
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas de mercadorias e produtos	36	439 736	446 382
Prestações de serviços	36	1 316	1 466
Variação da produção		- 3 878	- 544
Trabalhos para a própria empresa		370	100
Proveitos suplementares		236	1 318
Subsídios à exploração		20	203
Outros proveitos e ganhos operacionais		1 222	508
(B)		439 022	449 433
Ganhos de participações de capital:			
Relativos a empresas do grupo e associadas	44	71	53
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:			
Outros	44	114	102
Outros juros e proveitos similares:			
Outros	44	15 411	12 335
(D)		454 618	461 923
Proveitos e ganhos extraordinários	45	7 251	5 762
(F)		461 869	467 685
Resumo:			
Resultados operacionais: (B) - (A) =		13 224	- 3 937
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =		- 13 615	- 18 688
Resultados correntes: (D) - (C) =		- 391	- 22 625
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		2 282	- 22 799
Resultado consolidado c/ interesses minoritários do exercício: (F) - (G) =		2 083	- 14 887

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de euros)

	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	441 052	447 849
Custo das vendas e prestações de serviços	325 107	351 339
Resultados brutos	115 945	96 510
Outros proveitos e ganhos operacionais	7 627	9 090
Custos de distribuição	66 273	61 851
Custos administrativos	22 980	26 324
Outros custos e perdas operacionais	14 540	16 549
Resultados operacionais	19 779	876
Custo líquido de financiamento	11 136	17 115
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	- 6 644	- 6 203
Ganhos (perdas) em outros investimentos	27	95
Resultados não usuais ou não frequentes	257	- 452
Resultados correntes	2 283	- 22 799
Imposto sobre os resultados correntes	648	928
Imposto diferido	- 499	- 8 840
Resultados correntes após impostos	2 083	- 14 887
Resultados de operações em descontinuação	0	0
Resultados extraordinários	0	0
Imposto sobre os resultados extraordinários	0	0
Resultados de alterações políticas contabilísticas	0	0
Interesses minoritários	- 577	88
Resultados líquidos	1 506	- 14 799
Resultados por acção	0,011 a)	-0,11 a)

a) Euros por acção

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de euros)

	2002		2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	462 896		477 796
Pagamentos a fornecedores	347 824		357 912
Pagamentos ao pessoal	89 260		92 075
Fluxo gerado pelas operações	25 812		27 809
Pagamento/recebimento do imposto s/ o rendimento	- 228		- 891
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	24 442		23 661
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	50 026		50 579
Recebimentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	2 016		3 339
Pagamentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	2 213		3 430
Fluxos das actividades operacionais (1)	49 829		50 488
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	375		5
Imobilizações corpóreas	2 477		3 334
Imobilizações incorpóreas	0		0
Subsídios de investimento	3 216		4 037
Juros e proveitos similares	386		470
Dividendos	0		3
	6 454		7 849
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	3 385		9 856
Imobilizações corpóreas	18 318		35 512
Imobilizações incorpóreas	3 682		5 284
Fluxos das actividades de investimento (2)	25 385	- 18 931	50 652
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	0		14 855
Aumentos de capital, prest. supl. e prémios de emissão	0		0
Subsídios e doações	0		0
Vendas de acções (quotas) próprias	0		0
Cobertura de prejuízos	0		0
Outros	261		122
	261		14 977
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	16 197		0
Amortizações de contratos de locação financeira	0		0
Juros e custos similares	12 853		15 598
Dividendos	0		4 644
Reduções de capital e prestações suplementares	0		0
Aquisição de acções (quotas) próprias	1 147		0
Outros	973		856
Fluxos das actividades de financiamento (3)	31 170	- 30 909	21 098
Variação de caixa e seus equivalentes	(4) = (1)+(2)+(3)	- 11	1 564
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 797	4 233
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 786	5 797

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2002

1 - Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais.

Alíneas a), b) e c).

(milhares de euros)

Descrição	Preço Total	Valor Pago / Recebido	Caixa e eq. de caixa existentes
Aquisições	-	-	-
Alienações	131	131	5

d) Quantias de outros activos e passivos adquiridos (alienados).

(milhares de euros)

Rubrica	Aquisições	Alienações
Trespasse	-	-
Imobilizações	-	43
Existências	-	11
Dívidas a receber	-	96
Dívidas a pagar	-	396

2 - Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes.

(milhares de euros)

Descrição	2002	2001
Numerário	344	612
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	5 427	5 089
Equivalentes a caixa	15	97
Caixa e seus equivalentes	5 786	5 798
Outras disponibilidades	-	-
Disponibilidades constantes do balanço	5 786	5 798

5 - Outras informações necessárias à compreensão da demonstração dos fluxos de caixa.

Aquisições de associadas e aumentos de participação em filiais e associadas efectuados durante o exercício:

(milhares de euros)

Descrição	Valor total	Valor pago
Pagamentos de aquisições de exercícios anteriores	-	2 256
Aumentos de part. em filiais e associadas	681	681



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Valores expressos em milhares de euros = K€)

NOTA INTRODUTÓRIA

A CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por CORTICEIRA AMORIM) resultou da transformação da Corticeira Amorim, S.A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objecto é a gestão das participações do Grupo Amorim no sector da cortiça.

As empresas participadas directa e indirectamente pela CORTICEIRA AMORIM têm como actividade principal a fabricação, comercialização e distribuição de todos os produtos de cortiça.

A CORTICEIRA AMORIM consolida indirectamente na AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A. com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira), holding do Grupo Amorim, sendo as acções representativas do seu capital social de 133 000 000 Euros cotadas na Euronext Lisboa – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

A 31 de Dezembro de 2002, a distribuição conhecida do capital da CORTICEIRA AMORIM era a seguinte (percentagem de direitos de voto):

♦ Amorim Capital, S.G.P.S., S.A.	68,48%
♦ A. F. Investimentos Mobiliários, S.A.....	3,22%
♦ Luxor – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.G.P.S., S.A.....	2,24%

Naquela mesma data a empresa detinha 1 345 206 acções próprias correspondentes a 1,01% do capital social.

As demonstrações financeiras consolidadas da CORTICEIRA AMORIM foram elaboradas de acordo com:

- (I) Decreto-lei n.º 238/91 de 2 de Julho que define os princípios contabilísticos e as normas de consolidação de contas em Portugal;
- (II) Directrizes Contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística;
- (III) Procedimentos de consolidação explicitados nas notas 10 a 20 deste anexo;
- (IV) Políticas contabilísticas descritas nas notas 23 e 24 deste anexo.

As notas que se seguem respeitam a enumeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, não são aplicáveis à CORTICEIRA AMORIM ou a sua apresentação não se considera relevante para a respectiva leitura.

Sendo a elaboração deste anexo um processo complexo de agregação e tratamento de informações provenientes de largas dezenas de empresas, poderão alguns valores evidenciados neste anexo apresentar pequenas diferenças relativamente à soma das partes ou a valores expressos noutras partes deste relatório, facto que se deve ao tratamento automático dos arredondamentos necessários à sua elaboração.

I - INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS

1. Empresas incluídas na consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, considerando a CORTICEIRA AMORIM, com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira), como empresa-mãe, incluem as seguintes empresas, contabilizadas pelo método de consolidação integral e agrupadas, para apresentação, segundo o sector de actividade principal a que pertencem:

SECTOR DE NATURAIS

Firma	Sede	% Capital detido C.A.,SGPS,SA (a)	Activo líquido em 31 Dez. 02 (b)
<u>Preparação, Produção e Comercialização</u>			
Amorim & Irmãos, SA	Sta. Maria de Lamas	100	202 729
Champcork - Rolhas de Champagne, SA	Sta. Maria de Lamas	100	13 476
Portocork Internacional, SA	Sta. Maria de Lamas	100	13 921
Vasconcelos & Lyncke, SA	Sta. Maria de Lamas	100	11 248
Amorim & Irmãos - V, SA	Cadiz (Espanha)	100	7 876
Amorim & Irmãos - IV, SA	Alcântara (Espanha)	100	9 042
Amorim & Irmãos - VI, SL	Catalunha (Espanha)	100	1 240
Amorim & Irmãos - VII, SRL	Sardenha (Itália)	100	1 468
Comatral - C. Marocaine de Transf. du Liège, SA	Skhirat (Marrocos)	99,2	5 265
Société Nationale de Liège	(ii) Tunísia	94,3	9 520
Société Fabrique Liège de Tabarka, SA	(i) Tunis (Tunísia)	49	6 526
Cork International, SARL	Tunis (Tunísia)	66	1 931
<u>Distribuição</u>			
Interchampanhe - Fáb. de Rolhas de Champagne, SA	Montijo	100	321
Manuel Pereira de Sousa & Filhos, Lda	Paços de Brandão	100	294
Amorim Cork America, Inc.	Napa Valley (EUA)	100	8 216
Amorim France, SA	(iii) Bordéus (França)	100	13 001
Korken Schiesser, GmbH	Viena (Áustria)	70	1 996
Amorim Cork Itália, Spa	S. P.di Seletto (Itália)	70	9 573
Vasconcelos & Lyncke Austrália Pty, Ltd.	Hindmarsh (Austrália)	100	6 207
Amorim Cork Deutschland GmbH & Co. KG	Mainzer (Alemanha)	100	2 306
Portocork South Africa, Ltd	Stellenbosch (África Sul)	100	266
Amorim Cork South Africa, Pty	(ii) Cabo (África do Sul)	100	3 491
Portocorck América, Inc.	Napa Valley (EUA)	100	9 780
Hungarocork Amorim, RT	Budapeste (Hungria)	100	1 568
S. A. M. Clignet	Tinqueux (França)	100	901
S. A. Maison Pairot	(iii) Céret (França)	100	3 714
S. C. I. Friedland	Céret (França)	100	493
Amorim Argentina, SA	Gran Buenos Aires (Arg.)	100	5 154
Amorim Cork Austrália, Pty Ltd	Victoria (Austrália)	100	12 979
Indústria Corchera, SA	(i) Santiago (Chile)	49	11 347
Carl Ed. Meyer Korken GmbH & Co.	Delmenhorst (Alemanha)	100	856
Cortrade Cork Trading, AG	Zug (Suíça)	100	2 430

- (a) Directa e indirectamente.
- (b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de euros, convertidos da moeda local para euros à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.
- (i) Consolida pelo método integral ao abrigo da alínea e) do artigo 1.º do decreto-lei n.º 238/91.
- (ii) Em 31-12-2001 estava excluída da consolidação.
- (iii) No final de 2002 decorreu uma fusão entre a Amorim France, S.A. e a S. A. Maison Pairot.
- Foram liquidadas, durante o exercício, as seguintes empresas, as quais consolidaram em 2001:
- ◆ Prataplás – Indústria de Plásticos, Lda.
 - ◆ Raro - Indústria e Comercialização de Cortiça, S.A..
 - ◆ Alcorex – Sociedade Técnica de Cortiças, Lda.
 - ◆ Cork Producers, Suppliers & Co., Ltd.

SECTOR DE REVESTIMENTOS

Firma	Sede	% Capital detido C.A.,SGPS,SA (a)	Activo líquido em 31 Dez. 02 (b)
<u>Produção e Comercialização</u>			
Amorim Revestimentos, SA	S. Paio de Oleiros	100	87 050
<u>Distribuição</u>			
Amorim Flooring Denmark A/S	Malov (Dinamarca)	100	2 378
Amorim Flooring (Switzerland) AG	Zug (Suíça)	100	1 604
Amorim Sverige AB	Helsingborg (Suécia)	100	97
Amorim Flooring Áustria GesmbH	Viena (Áustria)	100	1 116
Amorim Benelux BV	Tholen (Holanda)	74	6 401
Amorim Deutschland, GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100	17 438
Amorim Ibérica Decoração, SA	(iii) Mozelos (Portugal)	100	4 743
Infocork – Comércio e Serviços, Lda	Mozelos	100	10
Infocork USA, Inc	Trevor (EUA)	100	846
Amorim Revestimientos, SA	Barcelona (Espanha)	100	4 854
Amorim Wood Supplies, GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100	113
Dom Korkowy, Ltd	(i)(ii) Krakow Polska (Polónia)	50	1 221

As empresas no exterior também distribuem, subsidiariamente, outros produtos de cortiça.

- (b) Directa e indirectamente.
- (b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de euros, convertidos da moeda local para euros à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.
- (i) Em 2001 foi excluída da consolidação.
- (ii) Consolida pelo método integral ao abrigo da alínea e) do artigo 1.º do decreto-lei n.º 238/91.
- (iii) Em Janeiro de 2003 foi fusionada com a Amorim Revestimentos, S.A..

SECTOR DE AGLOMERADOS

Firma	Sede	% Capital detido C.A.,SGPS,SA (a)	Activo líquido em 31 Dez. 02 (b)
<u>Produção e Comercialização</u>			
Corticeira Amorim Indústria, SA	Mozelos	100	38 903
Itexcork – Ind. de Transf. e Exportação de Cortiça, Lda	Vendas Novas	80	4 889
Corticeira Amorim Algarve, Lda	Silves	80	3 505
Amorim Industrial Solutions – Ind. C. e Bor. I, SA	Seixal	100	20 291
Amorim Industrial Solutions – Ind. C. e Bor. II, SA	Sta. Marta de Corroios	100	6 820
CDM, NV Composite Damping Material (ii)	Overije (Bélgica)	50	2 391
Amorim Industrial Solutions, Inc	Trevor, Wisconsin (EUA)	100	18 429
Drauvil Europeia, SL	Barcelona (Espanha)	100	5 935
Sopac – Soc. Portuguesa de Aglom. de Cortiça, Lda	Montijo	100	595
Amorim Florestal – Comércio e Exploração, SA	Mozelos	100	6 099
Amorim Florestal Espanha, SA	Cádiz (Espanha)	100	1 939
Cortam – Corticeira Amorim Maroc, SA	Marrocos	100	2 577
Société des Lièges HPK, SA	Lavardac (França)	100	2 047
<u>Distribuição</u>			
Amorim Isolamentos, SA	Mozelos	80	5 796
Amorim (UK), Ltd (i)	Crawley (Inglaterra)	100	1 865

(a) Directa e indirectamente.

(b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de euros, convertidos da moeda local para euros à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.

(i) Em 31-12-2001 pertencia ao perímetro de consolidação dos Revestimentos.

(ii) Consolida pelo método integral ao abrigo da alínea e) do artigo 1.º do decreto-lei n.º 238/91.

Durante o exercício, as sociedades Goma Cork Trading, AG e Real Cork Trading, AG foram objecto de uma incorporação por fusão na sociedade Cortrade Cork Trading, AG. Também a sociedade Proli, S.A.R.L. foi objecto de fusão na sociedade Société des Lièges HPK, S.A.. Todas estas sociedades incorporaram o perímetro de consolidação em 2001.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DETENTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

Firma	Sede	% Capital detido C.A.,SGPS,SA (a)	Activo líquido em 31 Dez. 02 (b)
Ginpar, SA	Skhirat (Marrocos)	99,8	68
Irmorim Imobiliária, SA	Sta. Maria de Lamas	100	5
Aplifin – Aplicações Financeiras, SA	Sta. Maria de Lamas	100	2
Amorim Cork, GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100	22
KHB Kork Handels Beteiligung GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100	9
Amorim Cork Distribution Netherlands, BV	Tholen (Holanda)	100	1 241
Labcork – Laboratório Central do Grupo Amorim, SA	Mozelos	100	407
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	Sta. Maria de Lamas	100	31 830
Moraga – Comércio e Serviços, SA	Funchal	100	23 328
F. P. Cork	Nappa Valley (EUA)	100	120
Amorim Industrial Solutions, SGPS, SA	Mozelos	100	7 485
Corkline Services, AG	Zug (Suíça)	100	309
Auscork Holding, GmbH	Viena (Áustria)	100	1 543
Salco Industrial Corchera, SL	Badajós (Espanha)	100	-

(a) Directa e indirectamente.

(b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de euros, convertidos da moeda local para euros à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.

Durante o exercício foram alienadas a OSI – Organização e Sistemas Informáticos, Lda., a Amorona – Sociedade de Investimentos, S.A. e a Amorim & Irmãos (Madeira) Investimentos e Participações Financeiras, S.A.. Estas sociedades integraram o perímetro de consolidação no exercício de 2001. Também durante o exercício, as sociedades Praemium Cork Holding, GmbH e International Cork Services, AG foram objecto de incorporação por fusão na sociedade Auscork Holding, GmbH e Corkline Services, AG, respectivamente.

Em relação a todas as empresas acima referidas, a CORTICEIRA AMORIM detém direitos de voto pelo menos proporcionais à participação social indicada pelo que, ao abrigo da alínea a) do n.º1 do artigo 1.º do decreto-lei n.º 238/91 de 2 de Julho, está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

2. Empresas excluídas da consolidação

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do decreto-lei n.º 238/91 de 2 de Julho, foram excluídas da consolidação as seguintes empresas nas quais a CORTICEIRA AMORIM detém indirectamente a maioria dos direitos de voto ou preenche qualquer das outras condições mencionadas no n.º 1 do artigo 1.º do referido diploma, mas de cuja omissão não resultam efeitos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas:

Firma		Sede	% Capital detido C.A.,SGPS,SA (a)	Custo de Aquisição (mil euros)
Rarkork, SA	(i)	S. F. de Guixoles (Espanha)	98,0	32
Moldamorim, SA	(i)	Chisinau (Rep. Moldova)	55	5
I.M.M. – Ind. de Máquinas e Moldes, Lda	(i)	Vergada – Mozelos	100	11
Amorim Belgium Natural Coverings, SA	(i)	Asse-Mollem (Bélgica)	60	65
Soc. Agro-florest. Varzea da Cruz, Lda	(i)	Mozelos	100	5
SC Amoron Impex, SRL	(i)	Focsani (Roménia)	51	6
Amorim Cork Bulgária EOOD	(i)	Parterre (Bulgária)	100	90
Oy Wicanders AB	(i)	Helsinki (Finlândia)	100	20
Wicanders AS	(i)	Oslo (Noruega)	100	15
Amorim Japan Corporation	(i)	Tóquio (Japão)	100	81
Plaver – Soc. Ind. Plásticos, Lda	(i)	Mozelos	100	49
Amorim Cork Beijing	(i)	Beijing (China)	100	222
Wicanders, SA	(i)	Barcelona (Espanha)	100	60
Amorim Brasil – Ind. C.I.E.A. Ltda		S. Paulo (Brasil)	100	40
				701

(a) Indirectamente.

(i) Empresa inactiva ou imaterial.

As empresas acima referidas tinham sido já excluídas da consolidação de 2001 por idênticos motivos (n.º 1 do artigo 4.º do decreto-lei n.º 238/91).

Os investimentos financeiros nas filiais excluídas da consolidação e acima referidas encontram-se relevados pelo custo de aquisição e são mostrados no activo consolidado na rubrica "Partes de capital em empresas do grupo".

3. Empresas associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Foram incluídas as seguintes empresas associadas, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial de acordo com os princípios mencionados na nota 18:

Firma	Sede	% Capital detido C.A.,SGPS,SA (a)	Custo de Aquisição (mil euros)	Contab. MEP (mil euros)	Total (mil euros)
Victor Y Amorim, SRL	Logrono (Espanha)	50	208	196	404

(a) Indirectamente.

4. Empresas associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Relativamente às empresas associadas consideradas materialmente irrelevantes no âmbito da CORTICEIRA AMORIM e por isso excluídas da consolidação, foram as seguintes:

Firma	Sede	% Capital detido C.A.,SGPS,SA (a)	Custo de Aquisição (mil euros)
Samorim, FI	Kinel (Rússia)	50	802
Acousystem, SARL	(i) St-Quentin-en-Yvelines (França)	50	84
CDM Italia, SRL	(i) Lissone (Itália)	35	11
Porotrack, NV	(i) (Bélgica)	32,4	55
Rand, NV	(i) (Bélgica)	50	552
			1 504

(a) Indirectamente.

(i) Percentagem ponderada pela participação de 50% na CDM, NV Composite Damping Material.

As empresas acima referidas tinham sido excluídas da consolidação de 2001 por idêntico motivo. A Samorim, FI foi também excluída da consolidação pelo facto de o respectivo sistema de informação não estar suficientemente desenvolvido e adaptado às necessidades da consolidação da CORTICEIRA AMORIM.

5. Empresas contabilizadas pelo método de consolidação proporcional

Não foram contabilizadas empresas pelo método de consolidação proporcional nos exercícios de 2001 e de 2002.

6. Empresas participadas

Em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001 não existiam empresas materialmente relevantes nas quais a CORTICEIRA AMORIM detivesse uma participação igual ou superior a 10%, directa ou indirectamente.

7. Número de trabalhadores

O número médio de trabalhadores durante o ano de 2002 foi de 4243 (em 2001 foi de 4222).

II - INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

8. Aplicação das normas de consolidação

As normas de consolidação definidas no decreto-lei n.º 238/91 de 2 de Julho foram aplicadas na íntegra na consolidação da CORTICEIRA AMORIM com excepção do disposto na alínea g1) do n.º 13.4.1 (período de amortização das diferenças de consolidação positivas originadas por aquisições de empresas posteriores a 1 de Janeiro de 1991) e no n.º 13.4.3 (impostos diferidos) do referido diploma. No caso dos impostos diferidos, seguiu-se o disposto na DC n.º 28.

É nossa convicção que as normas e procedimentos utilizados são suficientes e adequados para dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

9. Razões e efeitos da não aplicação das normas de consolidação

Conforme mencionado na nota anterior, foi derogado o critério que define o período de amortização das diferenças de consolidação positivas originadas por aquisições de empresas posteriores a 1 de Janeiro de 1991.

No período de 1991 a 1998, foi entendimento da Administração da CORTICEIRA AMORIM que a recuperação total do investimento efectuado na aquisição de empresas seria atingida ao fim de 10 anos, pelo que a amortização das diferenças de consolidação que provinham de aquisições posteriores a 1 de Janeiro de 1991 foi calculada segundo o método das quotas constantes, iniciando-se a amortização no semestre seguinte ao da aquisição da empresa.

Face à alteração radical que as taxas de juro sofreram nos últimos anos, com uma progressiva mas significativa redução, a Administração da CORTICEIRA AMORIM decidiu que, a partir de 1999, a amortização de todos os valores registados em Diferenças de Consolidação passassem a ser amortizados em 15 anos, período condizente com as taxas de juro de 5-7% usadas nos modelos de avaliação interna.

Se tivesse sido utilizado o período definido na alínea g1) do n.º 13.4.1 das normas de consolidação (5 anos), o resultado consolidado líquido e o activo líquido consolidado viriam diminuídos em K€ 2087 e K€ 26 839 respectivamente (31-12-2001: K€ 1920 e K€ 18 131 respectivamente).

Em relação ao cálculo dos impostos diferidos considerou-se, de forma consistente com os anos anteriores, que o balanço consolidado e a demonstração consolidada dos resultados deveriam incluir a diferença que aparecer, aquando da consolidação, entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte, para uma empresa consolidada, um encargo efectivo ou um proveito recuperável num futuro possível, neste caso apenas quando a Administração entende haver um elevado grau de possibilidade de realização desse proveito. De referir que este procedimento está de acordo com a NIC 12, bem como com a DC 28, em vigor a partir de 01-01-2002.

III - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

10. Diferenças de consolidação e Interesses Minoritários

Diferenças de consolidação

A diferença de consolidação, resultante da aquisição de participações em empresas filiais e associadas, é definida como a diferença entre o custo de aquisição da participação e a proporção detida nos capitais próprios contabilísticos da empresa adquirida.

Em relação às empresas filiais e na data de aquisição da participação (1 de Janeiro de 1991 para as empresas já anteriormente integradas na CORTICEIRA AMORIM), o desvio de aquisição referido no parágrafo anterior é compensado pela diferença entre os valores contabilísticos dos terrenos e edifícios e os correspondentes valores de mercado, obtidos por avaliação independente.

As diferenças para os valores contabilísticos originais e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas motivados por esta avaliação independente, são as seguintes (valores em K€):

Descrição	2002	2001
Terrenos	14 768	14 768
Edifícios (a)	5 021	6 250
Investimentos em imóveis (a)	434	497
Capital próprio (c)	20 223	21 515
Amortizações do exercício (b)	1 245	1 389

(a) Líquido de amortizações acumuladas.

(b) Provenientes da amortização, a uma taxa de 4%- 4,5%, da diferença entre o valor bruto avaliado e o valor bruto contabilístico dos edifícios.

(c) Se a diferença referida fosse contabilizada nos capitais próprios.

Qualquer remanescente que ainda subsista após aquela compensação é inscrito no balanço consolidado na rubrica "Diferenças de consolidação" no activo se for positivo e na rubrica "Diferenças de consolidação" no capital próprio se for negativo, excepto para as diferenças de consolidação positivas referentes a empresas existentes antes de 1 de Janeiro de 1991 que foram registadas na rubrica "Diferenças de consolidação" no capital próprio e para as diferenças de consolidação negativas referentes a empresas adquiridas após 1 de Janeiro de 1991 que foram registadas na rubrica "Acréscimos e diferimentos - Diferenças de consolidação negativas" no passivo, apenas nos casos em que, à data de aquisição, se entende que os valores considerados correspondem a expectativas de prejuízos futuros.

A rubrica "Diferenças de consolidação" é analisada como segue (valores em K€):

Activo: 62 946
Capital Próprio: 26 784 (débito)

As diferenças de consolidação a amortizar nos exercícios seguintes apresentam-se no balanço consolidado (líquidas de amortizações acumuladas de K€ 27 957) pelo valor de K€ 34 989.

Com base nos valores registados no balanço a 31-12-2002, as amortizações relativas aos próximos cinco exercícios serão as seguintes (valores em K€):

2003.....	4 303
2004.....	4 271
2005.....	4 259
2006.....	4 069
2007.....	3 884

Interesses Minoritários

Os valores atribuíveis às partes dos capitais próprios contabilísticos (corrigidos quando aplicável pela avaliação dos referidos activos descrita anteriormente) nas empresas filiais integradas na consolidação e detidas por terceiros que não sejam as empresas nela incluídas, foram inscritos no balanço consolidado na rubrica "Interesses minoritários".

Relativamente aos resultados (corrigidos sempre que necessários por ajustamentos de homogeneização de critérios valorimétricos) atribuíveis às partes detidas por terceiros, que não sejam as empresas compreendidas na consolidação, nos capitais próprios das empresas filiais, foram apresentados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Resultados dos Interesses minoritários" a deduzir ao resultado do Grupo.

A rubrica "Interesses minoritários" incluída no balanço consolidado é analisada como segue:

	(K€)
Situação inicial (01-01-2002)	7 947
Aumentos.....	873
Diminuições	773
Situação final	8 047

O aumento dos "Interesses minoritários", deve-se à parte proporcional atribuível a terceiros dos resultados do exercício das empresas em que o Grupo não detém a totalidade do capital e à entrada de uma nova empresa no perímetro de consolidação. A diminuição resulta do aumento da participação numa subsidiária e a correcções relativas a uma outra subsidiária.

11. Aplicação consistente dos métodos e procedimentos utilizados na consolidação

Os métodos e procedimentos utilizados na consolidação do presente exercício foram aplicados de forma consistente com os exercícios anteriores.

12. Eliminação de saldos, transacções e resultados entre empresas incluídas na consolidação

Foram eliminados todos os saldos, transacções e resultados materialmente relevantes provenientes de operações efectuadas entre as empresas compreendidas na consolidação, de forma a que os activos, os passivos, os capitais próprios, os custos e perdas e os proveitos e ganhos sejam apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas como se se tratasse de uma única empresa.

13. Data de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos e os passivos, os custos e perdas e os proveitos e ganhos da CORTICEIRA AMORIM e das empresas filiais mencionadas na nota 1, bem como a participação proporcional no resultado da empresa associada referida na nota 3, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, data das demonstrações financeiras da CORTICEIRA AMORIM e de todas as suas filiais e associadas incluídas na consolidação.

14. Efeito provocado pelas alterações no exercício de 2002 na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação

Relativamente a 31 de Dezembro de 2001, não se considera materialmente relevante o efeito das alterações verificadas no perímetro de consolidação.

15. Uniformidade e consistência nos critérios de valorimetria utilizados nas empresas filiais

Para todos os elementos do activo, do passivo e dos capitais próprios das empresas filiais incluídas na consolidação, foram utilizados os mesmos critérios de valorimetria fixados para a consolidação, os quais se encontram mencionados na nota 23, aplicados de forma consistente com os exercícios anteriores. Sempre que algum dos critérios adiante mencionados não tenha sido seguido pelas empresas filiais, os elementos do activo ou do passivo afectados foram ajustados de acordo com os critérios da consolidação, excepto nos casos em que os efeitos sejam materialmente irrelevantes.

16. Ajustamentos excepcionais ao valor dos activos

Não foram efectuados ajustamentos excepcionais ao valor dos activos exclusivamente para fins fiscais e de atribuição de subsídios por entidades governamentais que não tenham sido eliminados da consolidação.

17. Motivos para amortização das "Diferenças de consolidação" por um período superior a 5 anos

Conforme mencionado na nota 9, as diferenças de consolidação positivas resultantes de aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1991, foram amortizadas em 10 anos até 1998, passando a usar-se o período de 15 anos a partir de 1999. Os efeitos no Activo Líquido e no Resultado Líquido consolidado do exercício, decorrentes desta alteração, ascendem a K€ 7701 e a K€ 2190 respectivamente.

Nas diversas aquisições efectuadas, o Grupo Amorim tem actualizado os *cash flows* esperados a taxas de capitalização entre 5% e 7%, índices que pensa reflectirem de forma adequada as expectativas do Grupo na recuperação destes investimentos.

18. Contabilização das participações em associadas

O investimento financeiro representado por partes de capital na empresa associada mencionada na nota 3, foi registado na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, tendo a participação financeira sido inscrita no balanço consolidado pelo montante correspondente à proporção detida indirectamente pela CORTICEIRA AMORIM nos capitais próprios da empresa associada à data de aquisição (sendo a diferença para o custo de aquisição registada na rubrica "Diferenças de consolidação" do activo) e ajustada pela proporção da variação nos capitais próprios e no resultado do exercício daquela empresa.

Os investimentos financeiros relativos a partes de capital em empresas associadas referidas na nota 4, estão contabilizados pelo custo de aquisição. Conforme se constata nas notas 4 e 19, o efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da não inclusão destas empresas pelo método da equivalência patrimonial é imaterial.

19. Efeito da não aplicação do método da equivalência patrimonial

Em relação às empresas associadas consideradas materialmente irrelevantes no âmbito da CORTICEIRA AMORIM, e por isso excluídas da consolidação conforme indicado na nota 4, as diferenças entre o custo de

aquisição e o montante correspondente à proporção dos capitais próprios representados por essa participação não se encontram apuradas devido a não estarem disponíveis as contas daquelas empresas relativas ao exercício de 2002. Não se considera, porém, que da referida exclusão resultem efeitos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas.

20. Uniformidade nos critérios de valorimetria utilizados nas empresas associadas

Todos os elementos do activo ou do passivo das empresas associadas foram valorizados segundo critérios idênticos aos utilizados na consolidação, os quais se encontram mencionados na nota 23.

IV - INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

22. Responsabilidades por garantias prestadas

As responsabilidades por garantias prestadas existentes em 31 de Dezembro de 2002 das empresas incluídas na consolidação eram as seguintes:

Beneficiário	Valor (K€)	Motivo
IAPMEI/DGI/ICEP/IPQ	24 928	Projectos de Investimento
SIVA	5 645	Reembolso do IVA
DGCI/Fazenda Pública	2 260	Processos judiciais relativos impostos
Terceiros Diversos	155 820	Garantias prestadas p/ CA, SGPS, SA a favor de subsidiárias
Diversos	7 533	Garantias diversas

Considera-se adequado o montante das provisões existentes para fazer face aos processos judiciais relativos a impostos.

A CORTICEIRA AMORIM, em relação às empresas que domina totalmente, assume as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais. As garantias prestadas pela própria CORTICEIRA AMORIM às empresas filiais encontram-se descritas na nota 32 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados individuais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CORTICEIRA AMORIM e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais.

A Administração da CORTICEIRA AMORIM e das empresas filiais entende que as correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002.

V- INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

23. Bases de apresentação e políticas contabilísticas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e consideram igualmente determinados ajustamentos e reclassificações contabilísticos, decorrentes da uniformização com as políticas contabilísticas seguidas pela empresa-mãe.

As empresas do Grupo referidas na nota 1 foram consolidadas pelo método de integração global, pelo que as transacções, saldos e fluxos de caixa significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação; o valor correspondente à participação de terceiros nessas empresas é apresentado no balanço consolidado na rubrica "Interesses minoritários".

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas materialmente relevantes (nota 3) encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial (nota 18).

Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas seguidas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Custo histórico

As contas consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico com excepção das imobilizações corpóreas que incluem as sucessivas reavaliações legais até 31 de Dezembro de 1990, conforme mencionado na nota 41, e dos terrenos e edifícios avaliados a preços de mercado conforme referido na nota 10.

b) Transacções e saldos em moeda estrangeira

Nas filiais cuja moeda funcional é o euro, as transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros aos câmbios oficiais vigentes à data da operação. Em duas das filiais, a conversão é feita ao câmbio do primeiro dia útil do mês, não se considerando que desta prática resultem variações materiais ao critério estabelecido.

As diferenças de câmbio realizadas no exercício, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor no final do exercício anterior ou na data das transacções e aquelas em vigor na data dos recebimentos ou pagamentos, bem como as potenciais apuradas pela actualização para euros de todos os valores activos e passivos expressos em moeda estrangeira existentes à data do balanço por referência às paridades vigentes nessa data e indicadas na nota 24, integram os resultados correntes do exercício, sendo mostradas nas rubricas de "Diferenças de câmbio" nos resultados financeiros (nota 44), excepto as que se relacionam com o financiamento de imobilizações corpóreas enquanto em curso, as quais são diferidas, quando entendido como pertinente, para posterior amortização ao longo da vida útil estimada dos bens adquiridos.

Nos casos em que os saldos no fim do exercício estão abrangidos por contratos de compra a prazo de moeda estrangeira, a taxa de câmbio definida nesses contratos é utilizada para converter as suas componentes em euros.

Os valores activos e passivos existentes nas filiais estrangeiras em 31 de Dezembro foram convertidos para euros com base nas taxas de câmbio prevalentes àquela data, conforme indicado na nota 24.

As rubricas do capital próprio das filiais e associadas estrangeiras existentes antes de 1 de Janeiro de 1991 foram convertidas para escudos com base nas taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 1990, tendo sido utilizado para as adquiridas posteriormente a taxa de câmbio na data de aquisição.

Os valores constantes da demonstração de resultados das filiais e a proporção nos resultados das empresas associadas estrangeiras foram convertidos em euros pela aplicação das taxas médias de câmbio de 2002, conforme indicado na nota 24.

A diferença encontrada pela aplicação aos diferentes valores das demonstrações financeiras das filiais estrangeiras, das diversas taxas de câmbio acima enunciadas foi levada à conta "Diferença de conversão cambial" apresentada no capital próprio.

c) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os subsídios obtidos para aquisição de imobilizado corpóreo são contabilizados apenas no momento do seu recebimento e diferidos no balanço na rubrica "Acréscimos e diferimentos - Proveitos diferidos" no passivo, sendo posteriormente reconhecidos como proveitos extraordinários ao longo da vida útil dos bens adquiridos de forma proporcional às amortizações registadas.

Os subsídios destinados à exploração são contabilizados como proveito aquando da respectiva aprovação pela entidade competente.

d) Imobilizado corpóreo

Os bens do activo imobilizado corpóreo são originalmente registados ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção, incluindo, quando pertinente, os encargos financeiros que lhes tenham sido atribuídos durante o respectivo período de construção ou instalação e que são capitalizados até ao momento de entrada em funcionamento do respectivo bem, sendo estes valores e as respectivas amortizações acumuladas, reavaliados pela aplicação dos coeficientes técnicos definidos pela legislação fiscal portuguesa, conforme referido na nota 41.

Relativamente aos terrenos e edifícios das empresas filiais foi efectuada, com referência a 1 de Janeiro de 1991, para as empresas já anteriormente integradas na CORTICEIRA AMORIM e na data de aquisição para as adquiridas posteriormente, uma avaliação a preços de mercado, por técnicos independentes. A diferença, nessa data, entre os valores contabilísticos reavaliados pela aplicação das normas fiscais portuguesas e os correspondentes valores de mercado, encontra-se a deduzir à diferença de consolidação, conforme referido e quantificado na nota 10.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas permitidas pela legislação fiscal e definidas na portaria 737/81 de 29 de Agosto e no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, consoante os bens tenham sido adquiridos até 31 de Dezembro de 1988 ou posteriormente, aplicadas sobre os valores reavaliados ou, no caso dos edifícios, sobre os valores resultantes da avaliação independente, de acordo com os seguintes períodos, que reflectem satisfatoriamente a respectiva vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	20 a 50
Equipamento básico	6 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	4 a 8

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas pelo menor dos valores de aquisição ou produção e de mercado. O custo de aquisição engloba o respectivo preço de compra adicionado dos gastos suportados directa e indirectamente para colocar o bem no seu estado actual e no local de armazenagem. Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, essa diferença é expressa pela provisão para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

As quantidades existentes no final do ano foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física. As saídas e existências de matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao custo médio de aquisição e as de produtos acabados e em curso ao custo médio de produção que inclui os custos directos e indirectos de fabrico incorridos nas próprias produções.

f) Provisões para cobranças duvidosas e outros riscos e encargos

São calculadas de acordo com os valores considerados efectivamente necessários, em função dos riscos potenciais de cobrança identificados no final do exercício ou para fazer face a perdas estimadas ou a situações a que estejam associados riscos ou incerteza.

Sempre que os riscos de incobrabilidade ou as perdas estimadas estejam relacionados com actividades, operações ou situações que, embora reconhecidos no exercício, são devidos a factos não directamente ligados à exploração corrente, as provisões constituídas são relevadas na rubrica "Aumentos de amortizações e provisões" incluída nos resultados extraordinários (nota 45).

g) Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

O imposto sobre o rendimento apresentado na demonstração consolidada dos resultados é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando para efeitos fiscais cada uma das filiais isoladamente, excepto nas subsidiárias integrantes em cada um dos universos RETGS (Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades).

Reconhece-se, ao nível do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidados, a diferença que aparecer resultante da consolidação, entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar para o conjunto das empresas referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte, para uma empresa consolidada, um encargo efectivo ou um proveito recuperável num futuro previsível, conforme mencionado na nota 38.

24. Cotações utilizadas para conversão em Escudos das demonstrações financeiras originariamente expressas em moeda estrangeira

As cotações utilizadas para conversão em Escudos dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas originalmente expressos em moeda estrangeira foram (valores em euros por divisa):

Divisa	Taxa de câmbio fim do ano		Taxa de câmbio média	
	2002	2001	2002	2001
USD	1.0487	0.89568	0.94557	0.88130
GBP	0.6505	0.62192	0.62883	0.60850
DKK	7.4288	7.45208	7.43052	1.72800
CHF	1.4524	1.51062	1.46703	115.330
NOK	7.2756	8.04852	7.50863	1.48290
SEK	9.1528	9.25224	9.16107	9.30120
MAD	10.6347	10.0995	10.3823	7.43650
JPY	124.39	108.685	118.063	7.95150
CAD	1.655	1.38632	1.48381	1.40770
ZAR	9.0094	7.68545	9.9072	10.43020
AUD	1.8556	1.73165	1.73765	3.49530
TND	1.3996	1.2850	1.3389	2.04600
HUF	236.29	256.592	242.963	245.180
ARS	3.5263	0.8951	2.9083	10.2106
PLN	4.021	3.67298	3.85742	1.2944
BRL	3.7124	2.10346	2.79892	0.8804
MZM	24.243,45	17.923,98	21.793.53	19.706,51
CLP	755.71	617.3800	654.6505	583.9300

VI - INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

25. Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de instalação referem-se essencialmente a custos com constituição e transformação das sociedades e a aumentos de capital.

As despesas de investigação e desenvolvimento referem-se, no essencial, a projectos no âmbito da área das Rolhas e Revestimentos.

O movimento nesta rubrica, durante o ano de 2002, foi o seguinte (valores K€):

Descrição	Saldo inicial (liq.de amortiz. acumuladas)	Aumentos Valor bruto	Reduções p/ Amortizações do exercício	Abates e outros Ajustamentos	Saldo final (liq.de amortiz. acumuladas)
Despesas de instalação	569	262	156	-110	565
Despesas de investigação e desenvolvimento	2 559	2 198	2 521	1 833	4 069

O aumento registado em “Despesas de investigação e desenvolvimento” refere-se, no essencial, a campanhas de marketing institucional no âmbito do P.O.E..

A coluna referente a “Abates e outros ajustamentos” inclui também os valores transferidos de “Imobilizações incorpóreas em curso”.

26. Amortização de "Trespases" para além de cinco anos

A amortização de "Trespasse" é feita por um período entre 5 e 15 anos e corresponde ao período reconhecido como necessário para recuperar o valor investido na aquisição do aviamento por parte de subsidiárias alemãs, francesas e dos Estados Unidos. O valor acumulado da amortização atingiu o valor de K€ 1160.

27. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado

O movimento ocorrido durante o ano de 2002 nas imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões foi o seguinte (valores em K€):

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e abates Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	1 916	262	0	-215	1 963
Despesas de investigação e desenvolvimento	8 455	2 198	0	-312	10 341
Propriedade industrial e outros direitos	1 535	294	0	479	2 308
Trespases	3 032	0	0	-300	2 732
Imobilizações em curso	2 078	961	0	-1 870	1 169
Diferenças de consolidação	56 259	8 245	0	-1 555	62 946
	73 275	11 960	0	-3 773	81 460
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e outros recursos naturais	27 143	240	230	422	27 575
Edifícios e outras construções	149 135	6 539	542	10 698	165 830
Equipamento básico	188 806	8 541	3 227	5 233	199 353
Equipamento de transporte	12 939	963	1 941	-113	11 848
Ferramentas e utensílios	4 767	288	11	777	5 821
Equipamento administrativo	20 291	1 204	1 322	1 468	21 641
Taras e vasilhame	695	35	22	59	767
Outras imobilizações corpóreas	3 891	145	26	-139	3 871
Imobilizações em curso	27 351	4 118	172	-24 920	6 377
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	574	208	15	-619	148
	435 592	22 280	7 509	-7 134	443 231
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	1 575	0	0	-874	701
Empréstimos a empresas do grupo	3 551	0	0	-2 052	1 499
Partes de capital em empresas associadas	1 745	163	0	0	1 908
Partes de capital em outras empresas participadas	812	0	0	137	949
Empréstimos a outras empresas participadas	245	0	0	-52	193
Títulos e outras aplicações financeiras	4 026	0	244	652	4 434
Imobilizações em curso	2 856	0	0	-814	2 042
Adiantamentos por conta de investimentos financeiro	776	243	0	-776	243
	15 586	406	244	-3 779	11 969

O valor de “Títulos e outras aplicações financeiras” é, essencialmente constituído por terrenos e edifícios.

A coluna de “Aumentos” reflecte também os valores provenientes das empresas adquiridas ou que consolidaram pela primeira vez durante 2002 (K€ 3602). A coluna de “Alienações” reflecte também os valores relativos a empresas alienadas durante o exercício. A coluna de “Regularizações” reflecte também os valores referentes a empresas em relação às quais se tenha alterado o método de consolidação, bem como o efeito da utilização de diferentes taxas de câmbio utilizadas durante este exercício e os anteriores na conversão para euros dos elementos do activo imobilizado das empresas filiais externas (K€ -6427). Incluído ainda nesta coluna está o valor de K€ 4457 relativo a abates de imobilizado corpóreo e incorpóreo.

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1 347	189	-138	1 398
Despesas de investigação e desenvolvimento	5 897	2 521	-2 146	6 272
Propriedade industrial e outros direitos	910	542	-144	1 308
Trespases	888	374	-102	1 160
Diferenças de consolidação	24 318	4 758	-1 119	27 957
	33 360	8 385	-3 649	38 096
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0	35	119	154
Edifícios e outras construções	88 556	6 487	-813	94 230
Equipamento básico	131 613	13 108	-5 003	139 718
Equipamento de transporte	9 929	1 408	-1 992	9 345
Ferramentas e utensílios	2 565	782	182	3 529
Equipamento administrativo	15 630	2 583	-1 362	16 851
Taras e vasilhame	429	97	-11	515
Outras imobilizações corpóreas	2 711	484	-170	3 025
	251 433	24 985	-9 050	267 367
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	1 093	40	49	1182
	1 093	40	49	1182

A coluna de “Reforço” reflecte também os valores provenientes das empresas adquiridas ou que consolidaram pela primeira vez durante 2002 (K€ 1987).

A coluna de “Regularizações” reflecte também os valores referentes à saída de empresas do perímetro de consolidação (alienações ou mudança de método de consolidação) e reflecte ainda os valores relativos a empresas em relação às quais se tenha alterado o método de consolidação, bem como o efeito da utilização de diferentes taxas de câmbio utilizadas durante este exercício e os anteriores na conversão para euros dos elementos do activo imobilizado das empresas filiais externas (K€ -3393). Nesta coluna estão incluídos também o valor de K€ -4477 e K€ -5727 relativos a abates e a alienações, respectivamente.

28. Custos financeiros capitalizados no exercício

Não foram capitalizados no período e no ano anterior quaisquer custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações.

O total de custos financeiros capitalizados nas rubricas do imobilizado corpóreo no período de 1991 a 2002 ascendeu a K€ 1135.

36. Relato por segmentos

A CORTICEIRA AMORIM está organizada em duas grandes áreas de negócio:

- ♦ Rolhas e Matérias-Primas
- ♦ Aglomerados

Ambas as áreas dedicam-se, quase exclusivamente, à produção e comercialização de produtos de cortiça.

As Rolhas e Matérias-Primas têm, nas diferentes famílias de rolhas, o seu principal produto, sendo os países produtores e engarrafadores de vinho os seus principais mercados.

Os Aglomerados produzem e comercializam um conjunto alargado de produtos que utilizam a matéria-prima sobrança da produção de rolhas, bem como a matéria-prima cortiça que não é susceptível de ser utilizada na produção de rolhas. De destacar como produtos principais os revestimentos de solo, cortiça com borracha para a indústria automóvel e para aplicações antivibráticas, aglomerados negros para isolamento térmico e acústico, aglomerados técnicos para a indústria de construção civil e calçado bem como os granulados para a fabricação de rolhas aglomeradas, técnicas e de champanhe.

Os principais mercados concentram-se na Europa e nos EUA. Ambas as áreas realizam o grosso da sua produção em Portugal, estando, por isso, neste país a quase totalidade do capital investido. A comercialização é feita através de uma rede de distribuição própria que está presente em praticamente todos os grandes mercados consumidores.

Vendas por mercados (valores em K€):

Mercados	2002	2001
União Europeia <i>a)</i>	257 218	258 213
<i>Dos quais: Portugal</i>	<i>46 795</i>	<i>54 243</i>
Resto Europa	24 517	21 021
Estados Unidos	72 427	80 153
Resto América	24 086	27 054
Ásia	22 625	20 559
Austrália/Nova Zelândia	29 637	25 267
África	10 468	11 796
Outros	73	3 785
	441 052	447 849

a) Inclui Suíça e Noruega.

Os activos e investimentos do exercício situaram-se, na sua quase totalidade, em Portugal.

(valores em K€):

Descrição	Rolhas e M. Primas		Aglomerados		Holding outros		Eliminação		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Vendas clientes exterior	242 178	254 197	198 828	193 605	46	47	-	-	441 052	447 849
Vendas outros segmentos	16 181	11 180	28 331	30 366	314	1 173	-44 826	-42 719	-	-
Vendas totais	258 359	265 377	227 159	223 971	360	1 120	-44 826	-42 719	441 052	447 849
Resultado líquido a)	-237	-6 746	4 292	-7 905	-1 971	-235	-	-	2 084	-14 886
Activo líquido b)	357 511	362 965	208 466	253 040	210 738	4 010	-211 186	-29 833	565 529	590 182
Passivo c)	262 200	248 223	155 095	166 080	171 990	7 923	-211 186	-29 833	378 099	392 393
Investim. corpóreo e incorpóreo	9 659	19 154	12 689	20 276	12	85	-	-	22 360	39 515
Amortizações do exercício d)	14 923	13 120	15 300	13 556	1 064	1 144	-	-	31 287	27 820
Gastos significativos que não impliquem desembolsos e)	e)	e)	e)	e)	e)	e)	-	e)	e)	e)
Resultado em associadas	71	50	-	-	-	3	-	-	71	53

a) Antes de "Interesses minoritários".

b) Não inclui o imposto diferido activo e inclui Diferenças de Consolidação.

c) Não inclui o imposto diferido passivo. Inclui os respectivos passivos ou outros passivos correspondentes ao ajuste relativo à homogeneização de juros.

d) Inclui amortizações relativas às Diferenças de Consolidação.

e) Não considerado materialmente relevante.

38. Impostos diferidos

A diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios está reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de "Impostos diferidos", de acordo com os princípios definidos na nota 9 e alínea g) da nota 23, e ascende a K€ -449 (2001: K€ -8840).

O efeito no balanço consolidado provocado por esta diferença ascende no activo a K€ 13 125 (2001: K€ 11 955) e no passivo a K€ 2832 (2001: K€ 2891), conforme mostrado nas respectivas rubricas.

Os impostos diferidos activos resultam, essencialmente, de prejuízos fiscais ocorridos em 2001, cerca de K€ 67 000, aos que se adicionam cerca de K€ 6000 anteriores àquele exercício. Conforme acima referido, foram reconhecidos como recuperáveis impostos diferidos de K€ 13 125.

Os impostos diferidos passivos resultam, em grande parte, da contabilização relativa a uma subsidiária.

39. Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da CORTICEIRA AMORIM

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da CORTICEIRA AMORIM pelo desempenho das respectivas funções foram as seguintes (valores em K€):

Descrição	2002	2001
Conselho de Administração	456	279
Fiscal Único	54	52

Não existem compromissos surgidos ou contraídos em matéria de pensões de reforma referentes aos antigos membros daqueles órgãos.

41. Diplomas legais em que se baseou a reavaliação do imobilizado corpóreo

O imobilizado corpóreo adquirido até 31 de Dezembro de 1989 pelas empresas filiais incluídas na consolidação com sede em Portugal foi reavaliado, conforme aplicável, em 1978 (decreto-lei n.º 430/78 de 27 de Dezembro), 1982 (decreto-lei n.º 219/82 de 2 de Junho), 1984 (decreto-lei n.º 399/G/84), 1986 (decreto-lei n.º 118-B/86 de 27 de Maio), 1988 (decreto-lei n.º 111/88 de 2 de Abril) e 1990 (decreto-lei n.º 49/91 de 25 de Janeiro).

O imobilizado corpóreo adquirido posteriormente a 1 de Janeiro de 1990 não foi objecto de qualquer reavaliação para efeito das demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme referido na alínea d) da nota 23, os terrenos e edifícios das empresas filiais existentes ou adquiridas após 1 de Janeiro de 1991 foram avaliados por técnicos independentes. O efeito encontra-se referido e quantificado na nota 10.

Não foi efectuada qualquer reavaliação dos investimentos financeiros adquiridos posteriormente a 31 de Dezembro de 1989.

42. Efeito das reavaliações legais e avaliações independentes

As reavaliações relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas da forma mencionada na nota 41 e as avaliações independentes referidas na alínea d) da nota 23, têm o efeito nas seguintes contas do imobilizado corpóreo e financeiro à data de 31 de Dezembro de 2002 (valores em K€):

Rubricas	Custos Históricos	Reavaliações	Avaliações	Valores contabilísticos
	<i>(a)</i>	<i>(a) (b)</i>	<i>(a)</i>	<i>reavaliados (a)</i>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e outros recursos naturais	9 975	2 677	14 769	27 421
Edifícios e outras construções	63 330	3 249	5 021	71 600
Equipamento básico	59 635	-	-	59 635
Equipamento de transporte	2 503	-	-	2 503
Ferramentas e utensílios	2 292	-	-	2 292
Equipamento administrativo	4 790	-	-	4 790
Taras e vasilhames	252	-	-	252
Outras imobilizações corpóreas	846	-	-	846
	143 623	5 926	19 790	169 339
Investimentos financeiros:				
Investimentos em imóveis	1 539	0	434	1 973
	1 539	0	434	1 973

a) *Líquidos de amortizações.*

b) *Englobam as sucessivas reavaliações.*

43. Comparabilidade do conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados

Dever-se-á atender ao exposto no n.º 14 deste anexo para se poder comparar o conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados, entre o presente exercício e o anterior.

44. Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Os resultados financeiros consolidados têm a seguinte decomposição (valores em K€):

Custos e perdas	Exercícios	
	2002	2001
Juros suportados	12 889	15 535
Amortizações de investimentos em imóveis	40	41
Provisões para aplicações financeiras	276	0
Diferenças de câmbio desfavoráveis	12 653	12 533
Descontos de pronto pagamento concedidos	2 380	2 214
Outros custos e perdas financeiros	973	832
Perdas relativas a empresas associadas	0	24
Resultados financeiros	-13 615	-18 688
	15 595	12 490

Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001
Juros obtidos	385	473
Rendimentos de imóveis	114	105
Ganhos de participações de capital relativos a empresas associadas	71	53
Diferenças de câmbio favoráveis	12 938	10 074
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 940	1 768
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	6
Outros proveitos e ganhos financeiros	147	14
	15 595	12 490

Em “Diferenças de câmbio favoráveis” está incluída uma verba de K€ 1507 relativa à revalorização do saldo inicial de existências devido à desvalorização acentuada do peso argentino no início de 2002.

45. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Os resultados extraordinários consolidados têm a seguinte decomposição (valores em K€):

Custos e perdas	Exercícios	
	2002	2001
Donativos	20	73
Dívidas incobráveis	237	207
Perdas em existências	237	681
Perdas em imobilizações	553	268
Multas e penalidades	104	273
Aumentos de amortizações e de provisões	423	6
Correcções relativas a exercícios anteriores	544	904
Outros custos e perdas extraordinárias	2 460	3 525
Resultados extraordinários	2 673	-174
	7 251	5 762

Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001
Restituição de impostos	13	17
Recuperação de dívidas	25	3
Ganhos em existências	64	907
Ganhos em imobilizações	1 207	1 212
Reduções de amortizações e de provisões	2 072	705
Correcções relativas a exercícios anteriores	415	175
Outros proveitos e ganhos extraordinários	3 455	2 743
	7 251	5 762

Em “Outros custos e perdas extraordinárias” estão incluídos K€ 1152 relativos a indemnizações pela saída de trabalhadores no âmbito da reestruturação em curso.

Em “Outros proveitos extraordinários” estão incluídos K€ 1918 relativos a subsídios não reembolsáveis reconhecidos como proveitos do exercício.

46. Desdobramento das contas de provisões e movimentos ocorridos no exercício

O quadro seguinte desdobra as contas de provisões acumuladas e explicita os movimentos ocorridos no exercício (valores K€):

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução Regulariz.	Saldo final
Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
Provisões para cobranças duvidosas	10 054	2 081	-1 447	10 688
Provisões para riscos e encargos	4 506	939	-642	4 803
Provisões para depreciação de existências	3 787	1 214	-1 334	3 667
Provisões para investimentos financeiros a)	1 286	276	51	1 613

a) Inclui amortizações de investimentos em edifícios.

A coluna de “Aumento” inclui também os valores provenientes das empresas adquiridas ou que consolidaram pela primeira vez em 2002 (K€ 382). A coluna de “Redução/Regularização” inclui também os valores referentes a empresas alienadas durante o exercício, bem como os relativos a empresas em relação às quais se tenha alterado o método de consolidação; inclui ainda o efeito da utilização de diferentes taxas de câmbio utilizadas durante este exercício e os anteriores na conversão para euros dos elementos de activo imobilizado das empresas filiais externas (K€ -740).

47. Bens utilizados em regime de locação financeira e respectivos valores contabilísticos

Não são considerados materialmente relevantes os bens utilizados em regime de locação financeira.

VII - INFORMAÇÕES DIVERSAS

49. Outras informações exigidas por diplomas legais

Não existem outras informações referentes a contas consolidadas que sejam exigidas por outros diplomas legais.

Relativamente a todas as empresas filiais com sede em Portugal e de acordo com a exigência do n.º 1 do artigo 21.º do decreto-lei n.º 411/91, informa-se de que não existe dívida vencida à Segurança Social, sendo que o saldo à data do balanço se refere às retenções efectuadas sobre as remunerações de Junho de 2002, bem como aos respectivos encargos patronais.

50. Outras informações consideradas relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados

a) Decomposição do capital social

No final do período, o capital social está representado por 133 000 000 de acções ordinárias, escriturais, que conferem direito a dividendos, com o valor nominal unitário de 1 Euro.

O Conselho de Administração pode decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250 000 000 de Euros.

Durante o exercício de 2002, não foram colocados dividendos à disposição dos accionistas, conforme deliberação da Assembleia Geral de 28 de Março de 2002.

b) Empréstimos por obrigações

Incluído na rubrica do passivo a médio e longo prazo está o montante de K€ 43 850 relativo a um empréstimo obrigacionista emitido pela CORTICEIRA AMORIM em Abril de 1999, tendo sido emitidas 8 770 000 obrigações não convertíveis, com o valor nominal de cinco Euros cada, por subscrição particular e com uma maturidade máxima de cinco anos. Os juros contar-se-ão diariamente e vencer-se-ão semestralmente e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 30 de Abril e 30 de Outubro de cada ano. O cálculo dos juros é feito na base actual. A amortização será efectuada ao par, de uma só vez no final do prazo da emissão, ou seja, a 30 de Abril de 2004, salvo se se verificar o reembolso antecipado que poderá ser total ou parcial, neste último caso por redução ao valor nominal. O reembolso antecipado poderá ser efectuado, sem qualquer penalização, em qualquer data de pagamento dos juros a partir do 4.º cupão (inclusive).

Na rubrica de “Passivo a curto prazo”, está incluído um empréstimo que teve início em Novembro de 1998, com a emissão de 5 500 000 obrigações não convertíveis, com o valor nominal de 1000\$00 cada, por subscrição particular com uma maturidade máxima de cinco anos. Os juros contar-se-ão e vencer-se-ão semestralmente e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 10 de Maio e 10 de Novembro de cada ano. O cálculo dos juros será feito numa base de 360 dias, correspondentes a doze meses de 30 dias cada (ou seja, na convenção 30/360).

A amortização será efectuada ao par, de uma só vez no final do prazo da emissão, ou seja, a 10 de Novembro de 2003, salvo se se verificar o reembolso antecipado que poderá ser total ou parcial. O reembolso antecipado poderá ser efectuado, sem qualquer penalização, a partir do 4.º cupão (inclusive), por redução ao valor nominal.

c) Dívidas a instituições de crédito a médio e longo prazo e empréstimos por obrigações

O montante de K€ 136 328 apresentado no passivo consolidado sob esta rubrica tem os seguintes prazos de reembolso: 2004 → K€ 56 238; 2005 → K€ 68 000; 2006 → K€ 12 012 e 2007 → K€ 78.

d) Câmbios e swaps contratados com Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2002, existiam contratos de *forwards* relativos a divisas usadas nas transações da CORTICEIRA AMORIM, no montante de K€ 24 109. Este montante refere-se, no essencial, a USD (62%), AUD (28%) e ZAR (10%).

Existem contratos de *swap* de taxa de juro no montante nocional de K€ 86 248, com maturidade em 2003, resultando da respectiva especialização responsabilidades não expressas no balanço, no montante de K€ 220.

e) Diferenças de conversão cambial

A variação ocorrida nesta conta deve-se, no essencial, ao efeito provocado pela desvalorização do valor do ARS (peso argentino) e do CLP (peso chileno) na conversão para euros das demonstrações financeiras das respectivas subsidiárias naqueles países (ver nota 24).

f) Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades

A CORTICEIRA AMORIM e um conjunto alargado das suas subsidiárias com sede em Portugal, passaram a ser tributadas, a partir de 1 de Janeiro de 2001, pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 63.º do CIRC. A opção pela aplicação de referido regime é válida por um período de cinco exercícios, findo o qual pode ser renovada nos mesmos termos.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 578.443 milhares de euros, um total de Interesses Minoritários de 8.047 milhares de euros e um total de Capital Próprio de 189.486 milhares de euros, incluindo um Resultado Líquido de 1.506 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.** em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 11 de Março de 2003

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



Manuel Heleno Sismeiro, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de **Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.** relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigíámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos;

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório Consolidado de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Porto, 11 de Março de 2003

O Fiscal Único

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



Manuel Heleno Sismeiro, R.O.C.

Extracto da Acta Número Vinte e Seis

Assembleia Geral realizada no dia vinte e oito e Março de dois mil e três, pelas doze horas, na sede social, na Rua de Meladas, 380, freguesia de Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira, da sociedade **CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S. A.**, sociedade aberta, pessoa colectiva número 500 077 797, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, sob o número quinhentos e cinquenta e quatro, com o capital social de cento e trinta e três milhões de euros.-----

.....
O Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.-----

-

Na sequência, o Presidente da Mesa leu em voz alta a ordem de trabalhos constante da convocatória, imediatamente submetendo à discussão, no âmbito do **primeiro ponto** da ordem de trabalhos, o relatório de gestão e as contas do exercício social de dois mil e dois.-----

-

O Presidente do Conselho de Administração – Dr. António Rios de Amorim – produziu algumas considerações sobre o relatório e as contas do exercício, demonstrativos da evolução dos negócios e da situação da sociedade no ano de dois mil e dois, destacando os aspectos mais relevantes desses documentos relativos ao exercício a que se reportam, findo o que se disponibilizou para prestar quaisquer esclarecimentos.-----

Como não houvesse quem pretendesse usar, mais, da palavra ou formular qualquer outra proposta, o Presidente da Mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de dois mil e dois, os quais foram aprovados por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa declarou passar-se ao **segundo ponto** da ordem de trabalhos, com vista a deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício social de dois mil e dois.-----

-

Depois de verificar que não havia quem pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o Presidente da Mesa pôs à votação o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de dois mil e dois, os quais foram aprovados por unanimidade.-----

--

O Presidente da Mesa declarou passar-se ao **terceiro ponto** da ordem de trabalhos, com vista a deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, tendo sido, pelo Conselho de Administração, apresentada a seguinte proposta:-----

-

“Tendo em conta que o resultado líquido, apurado segundo as contas sociais no final do exercício de 2002, é positivo no valor de € 1 506 000,00 (um milhão, quinhentos e seis mil euros),-----

--

-----propõe-----

-

que os Senhores Accionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de € 1 506 000,00 (um milhão, quinhentos e seis mil euros), tenha a seguinte aplicação:-----

--

- para Reserva Legal: € 75 300,00 (setenta e cinco mil e trezentos euros);-----

-

- para Lucros não Atribuídos: € 402 280,61 (quatrocentos e dois mil, duzentos e oitenta euros e sessenta e um centimos);-----

-

- para Resultados Transitados: € 1 028 419,39 (um milhão, vinte e oito mil, quatrocentos e dezanove euros e trinta e nove centimos).-----

Não havendo quem pretendesse usar da palavra ou formular qualquer proposta, o Presidente da Mesa declarou passar-se à votação da proposta do Conselho de Administração, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

-

.....